

## 2 A VIAGEM

Triste de quem vive em casa,  
Contente com seu lar,  
Sem que um sonho, no erguer da asa,  
Faça até mais rubra a brasa  
Da lareira a abandonar!

[...]

Eras sobre eras se somem  
No tempo que em eras vem.  
Ser descontente é ser homem.  
Que as forças cegas se domem  
Pela visão que a alma tem!

Fernando Pessoa – “O Quinto Império” – *Mensagem*

Nosso itinerário pelas *Navegações* está definido: “Lisboa”, “As ilhas” e “Deriva”. Sophia de Mello Breyner Andresen em suas “Notas sobre *Navegações*”, publicadas no *Prelo* em 1983, mesmo ano da primeira edição, considera “As ilhas” como primeira e “Deriva” como segunda parte desse conjunto de poemas.<sup>59</sup> Mas de que maneira podemos situar nessa divisão o primeiro poema, intitulado “Lisboa”? Datado de 1977, é único poema do livro a apresentar um título, ao passo que os outros vinte e quatro aparecem numerados nas duas partes seguintes.

A importância da presença do título em tal texto poético é potencializada pelo sentido fulcral que esse nome adquire ao longo dos versos, já que todo o texto gira em torno da nomeação – da cidade e do poema. A palavra que nomeia identifica-se com uma espécie de evocação capaz de produzir efeitos, seja sobre a paisagem, seja sobre o olhar que a encontra. Compreender a relevância do ato de nomear torna-se fundamental para entender esse mesmo poema, todo o conjunto dos vinte e cinco textos, assim como grande parte da obra de Sophia Andresen, e, principalmente, sua visão dos descobrimentos.

*Lisboa* é esse nome, cuja etimologia ainda causa grande divergência entre os estudiosos. Segundo J. P. Machado, resulta da forma árabe *Lixbuna*, originária da forma latina *Olisipona*. Esta, por sua vez, não tem ainda uma origem comprovada,

---

<sup>59</sup> ANDRESEN, S., Notas sobre *Navegações*, in: *Prelo*, out./ dez. de 1983, p. 107-110.

apenas uma série de especulações.<sup>60</sup> Algumas dessas origens hipotéticas, porém, colocam-nos em contato, de maneira extraordinária, com todo um universo cultural, histórico e geográfico da cidade. Refletem uma Lisboa marcada pela geografia natural, por certas construções e pela presença de povos diversos ao longo de vários séculos. As hipóteses são muitas e nem sempre completas. Uma destas<sup>61</sup> afirma que o antigo nome é composto pela terminação *ippo*, que significaria *muralha* em fenício; outra formulação encontra a origem da palavra Lisboa na expressão fenícia *Alis Ubbo*, que denotaria *baía amena*; uma outra aponta ainda a possibilidade de o nome da capital portuguesa originar-se da soma de um prefixo ibérico *o* com o antigo nome do Tejo, uma hipotética forma celta *Lysus*, ambos adicionados ao final *ipo*, fenício. A origem que se tornou mais popular na literatura e na cultura liga-se ainda à lenda de ter sido aquela cidade fundada pelo mítico navegador Ulisses, daí a partícula *Uli, Oli* inicial, já ligando o lugar ao mar e à viagem.

O nome “Lisboa” é evocado no poema. A *verdadeira* visão da cidade depende do ato de dizer esse nome, fato que se evidencia mais ainda pela repetição do verbo “digo” e do substantivo “Lisboa”. A importância de pronunciar o nome está presente desde o início do texto poético:

Digo:  
 “Lisboa”  
 Quando atravesso – vinda do sul – o rio  
 E a cidade a que chego abre-se como se de seu nome nascesse  
 Abre-se e ergue-se em sua extensão nocturna<sup>62</sup>

Se a história do nome *Lisboa* pode ajudar-nos a enxergar melhor a história da cidade, sua pronúncia, no poema, também é capaz de revelar melhor a materialidade, as características, as constantes. Em um movimento semelhante ao de uma flor, Lisboa *abre-se* diante dos olhos do sujeito. A cidade não nasce de seu próprio nome, mas, de acordo com os versos, é como se nascesse, porque graças a sua nomeação ressurgue em um outro estado de realidade, um estado em que sua materialidade *se mostra melhor*:

<sup>60</sup> Cf. MACHADO, J. P., *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, 2 v., 1952-1959, p. 1344.

<sup>61</sup> Citamos então apenas algumas das hipóteses apontadas em NASCENTES, Antenor, *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, Tomo II: nomes próprios, 1952, p. 175.

<sup>62</sup> ANDRESEN, S., *Navegações*, 2. ed., 1996, p. 9.

Vejo-a melhor porque a digo  
 Tudo se mostra melhor porque digo  
 Tudo mostra melhor o seu estar e a sua carência  
 Porque digo <sup>63</sup>

Ao longo da obra andreseniana, este é o estado da *verdade a emergir*, uma leitura que a autora faz da *Alétheia* grega arcaica e do pensamento de Heidegger sobre esta. Trata-se, segundo o entendimento de Sophia Andresen, de uma ordem estabelecida graças a uma espécie de potência mágica contida no ato da nomeação. Essa *magia* da palavra poética apresenta-se como elemento fundamental em *Navegações*, de tal maneira que a autora afirma certa identidade de sentido entre *olhar*, *Alétheia* e *descobrimento*, em um trecho de seu discurso [ver 6.2] proferido ao receber o prêmio dado à primeira edição: “Para mim o tema das *Navegações* não é apenas o feito, a gesta, mas fundamentalmente o olhar, aquilo a que os gregos chamavam *aletheia*, a desocultação, o descobrimento. Aquele olhar que às vezes está pintado à proa dos barcos.”<sup>64</sup>

Essa ordem da *verdade a emergir* será exposta com mais detalhe na parte dedicada a compreender “O olhar” tanto em *Navegações* como na obra da autora. Basta, por enquanto, entendermos que o poema “Lisboa”, ao trazer como proposta fundamental a nomeação da cidade, antecipa concepções relevantes na compreensão do livro em que se encontra inserido.

Segundo Maria de Lourdes Belchior, já em *Poesia*, publicado em 1944, primeiro livro de Sophia, “se concretiza a oposição entre uma grandiosa natureza pura, feita de solenidade e beleza, e a cidade”, um ambiente de confusão, hostilidade, sujeira e desgaste.<sup>65</sup> Com especial destaque, ao longo de sua obra, o universo marítimo geralmente se integra no espaço dessa natureza purificadora.

Dizer a palavra *Lisboa* traz aos olhos do sujeito, em um primeiro momento, uma materialidade ligada à natureza, uma topografia que não deixa de se expor com certa beleza e solenidade:

Abre-se e ergue-se em sua extensão nocturna  
 Em seu longo luzir de azul e rio  
 Em seu corpo amontoado de colinas –  
 Vejo-a melhor porque a digo

<sup>63</sup> Ibid.

<sup>64</sup> Ibid., p. 8.

<sup>65</sup> BELCHIOR, M. L., Itinerário poético de Sophia, in: *Colóquio-Letras*, 1986, p. 36.

Tudo se mostra melhor porque digo <sup>66</sup>

Mesmo noturna, sem compor o ambiente de claridade, que na obra andreseniana está sempre ligado à natureza, a cidade emite seu brilho próprio. Nessa Lisboa, a negatividade urbana começa a mostrar-se poucos versos depois e está associada a um espaço artificial, de ocultação, segredo e ausência, fatores que, assim como a natureza do lugar, também se deixam perceber melhor pela nomeação:

Tudo mostra melhor o seu estar e a sua carência  
 Porque digo  
 Lisboa com seu nome de ser e de não-ser  
 Com seus meandros de espanto insônia e lata  
 E seu secreto rebrilhar de coisa de teatro  
 Seu conivente sorrir de intriga e máscara <sup>67</sup>

Lisboa é, assim, um espaço do real escolhido, apreendido para ser unificado em uma ordem simbólica, nomeado para, dessa maneira, ser tornado inteiro e presente, já que “O símbolo é a reunião das duas partes da aliança partida”<sup>68</sup>, como nos lembra Eduardo Prado Coelho. Contudo, sua imensa presença denuncia sua também imensa ausência, “seu nome de ser e de não-ser” em um mundo de *estar e carência*.

O vocábulo *rebrilhar* denota resplandecer, emitir um brilho muito intenso, entretanto, no poema, o rebrilhar da artificialidade já não consegue ser solene como aquele *luzir* natural do rio. Alguns termos, como *meandros*, *secreto*, *teatro*, *conivente*, *intriga*, *máscara*, descortinam um ambiente ilusório, quase um cenário para uma peça em que se percebem conspirações, operações sigilosas e inquietantes empreitadas ocultas. Tudo se mostra melhor.

De acordo com Luis Krus, nas costas de Lisboa, já na segunda metade do século XII, o mar, que ainda era visto como espaço associado ao caos, ao mal e ao perigo pela cristandade rural e continental, já era considerado lugar de possíveis aventuras, conhecimento e proveito; assim como para outros povos “camponeses-pescadores das aldeias e vilas do litoral atlântico, o mar era uma realidade bem

<sup>66</sup> ANDRESEN, S., op. cit., 1996, p. 9.

<sup>67</sup> *Ibid.*

<sup>68</sup> COELHO, E. P., O real, a aliança e o excesso na poesia de Sophia de Mello Breyner Andresen, in: \_\_\_\_, *A palavra sobre a palavra*, 1972, p. 228.

presente e integrada nos cotidianos sociais”.<sup>69</sup> No período após a conquista da cidade pelos cristãos, realizada em 1147, o contato com vestígios culturais da Lisboa muçulmana, com memórias e narrativas que já relatavam viagens, “não deixou de evidenciar como as navegações atlânticas tinham dado à cidade prosperidade e riqueza”<sup>70</sup> através das rotas econômicas e mercantis por via marítima, que então se desmantelavam sob domínio cristão.

Mas, a partir do século XIII, Lisboa já começava a se tornar grande centro urbano-mercantil do reino português, sempre atrelada à vida marítima, além de capital política.<sup>71</sup> Foi uma das primeiras metrópoles comerciais do século XVI, sendo nessa época um porto de grande movimentação, onde se encontravam comerciantes e marinheiros de diversas nacionalidades, além de mercadorias de todo tipo e procedência. Na virada daquele século era uma das cidades europeias mais populosas, com cerca de cinquenta mil habitantes. Seu “ambiente era colorido e multiétnico, o que a tornava única na Europa”.<sup>72</sup>

É um tanto difícil definir se o poema faz referência a uma Lisboa anterior ou posterior à expansão, ou especificamente à da época expansionista. O verso “Enquanto o largo mar a Ocidente se dilata” é aquele cuja leitura nos permite maior aproximação de um dado momento histórico, do início da expansão, quando Lisboa recolhia e transmitia as novidades relativas às explorações no oceano Atlântico, tornando-se merecedora do apelido de “lente do mundo”.<sup>73</sup>

O fato é que o Atlântico nunca deixou de *se dilatar* a oeste de Lisboa. A partir dos descobrimentos, a cidade ganhou a posição de capital de um império ultramarino, sem, todavia, abandonar o caráter fundamental de entreposto, de porto, local de passagem para viajantes, de intercâmbio de culturas e povos, de trocas de informações e mercadorias, de intermediário entre a Europa e o Atlântico.<sup>74</sup> Lisboa era a cabeça desproporcional do país cuja população, até à última década do século XX, assim como no século XVI, concentrava-se entre os rios Douro e Tejo; era a cabeça “com o rosto voltado para o Atlântico sul e para

<sup>69</sup> Cf. KRUS, L., O imaginário português e os medos do mar, in: NOVAES, A., *A descoberta do homem e do mundo*, 1998, p. 95-105.

<sup>70</sup> Ibid.

<sup>71</sup> Ibid.

<sup>72</sup> Cf. GRUZINSKI, S., *A passagem do século: 1480-1520*, 1999, p. 53.

<sup>73</sup> Cf. DREYER-EIMBCKE, O., *O descobrimento da Terra*, 1992, p. 29.

<sup>74</sup> Cf. SECCO, L., *A Revolução dos Cravos e a crise do império colonial português*, 2004, p. 202.

outras paragens”.<sup>75</sup> Lisboa então era Portugal; e Portugal, por sua vez, “sempre foi atlântico. Essa foi sua missão ou sua natureza”, condição que só foi reformulada com o 25 de Abril e com o desmantelamento do império colonial.<sup>76</sup> Podemos dizer que, mesmo com a temporária transferência da capital do império português para o Rio de Janeiro, no início do século XIX, e com a posterior Independência do Brasil em 1822 – aceita em 25 –, a cidade não abandonou sua posição de intermediária entre América do Sul, Europa e África.

Se pensarmos em alguns sentidos que o verbo *dilatar* apresenta, a Lisboa do poema pode ser lida de maneira atemporal. *Crescer e aumentar de volume* é fenômeno natural integrado ao movimento diário das marés, observado em qualquer litoral. Porém, principalmente, os sentidos de *estender-se*, *espalhar-se*, *expandir-se*, *prolongar-se* e *desenvolver-se* lembram-nos que o mar foi naquele local, e não deixou de ser por muito tempo, visto como espaço onde se podia ir em busca de aventura, fama, riqueza ou sobrevivência, ou mesmo de liberdade de expressão, tendo sido além disso uma via para o degredo ou o exílio; por muito tempo não deixou de representar um caminho principal para o despovoamento da pátria e a emigração portuguesa, que também só tiveram fim com a perda das colônias africanas na década de 1970.

Lembremos que Eduardo Lourenço, no que diz respeito ao fluxo de partida de portugueses desde a expansão, diferencia os conceitos de *despovoamento* e de *emigração*. Ele afirma que “nos séculos XV e XVI, os portugueses não emigram verdadeiramente: *colonizam*, no sentido antigo desse termo”, pois trazem mesmo no espaço das colônias a esperança de um retorno à pátria.<sup>77</sup>

Acerca desses portugueses que partiam para o além-mar na época colonial, podemos recordar o que Silviano Santiago afirma: uma diferença fundamental entre o aventureiro e o colonizador deve ser percebida. O aventureiro irá caracterizar-se como colonizador quando “o navio parar no porto” e este puder então assumir uma posição sedentária, “encontrando a esposa que lhe jura fidelidade eterna, [...] constituindo a família patriarcal [...]”.<sup>78</sup> Essa transformação, para o autor, é uma deturpação da *ética da aventura*, padrão de comportamento

<sup>75</sup> Ibid., p. 217.

<sup>76</sup> Ibid., p. 210-11.

<sup>77</sup> Cf. LOURENÇO, E., A Nau de Ícaro ou o fim da emigração, in: \_\_\_\_, *A Nau de Ícaro e imagem e miragem da lusofonia*, 2001, p. 46-47.

masculino e nobre bastante difundido a partir da expansão. Tal ética, centrada na idéia do herói cujas ações se tornam todas legitimadas em prol da aventura, passa, então, a ser utilizada para dar respaldo ao “desejo de mando e poder” de um senhor, justificando, portanto, suas próprias atrocidades e violências.<sup>79</sup>

Dessas partidas formaram-se muitos senhores nas colônias, sob o custo de um grande “despovoamento da mãe-pátria”.<sup>80</sup> Lourenço afirma que somente depois do século XIX podemos falar com propriedade sobre uma emigração portuguesa em busca de uma terra outra que ofereça melhores condições de vida, um novo país a ser adotado como pátria, mesmo que tal processo de transição não possa ser considerado completo em emigrantes portugueses – quiçá em qualquer outro. A essa altura, emigra, então, o pobre para trabalhar em espaços onde outrora seus compatriotas foram senhores, como Brasil, Moçambique, Angola.<sup>81</sup>

O importante por ora é ressaltarmos que, durante séculos, o mar não deixou de ser um espaço simbólico para companheiros ausentes, como já aparecia na lírica trovadoresca galaico-portuguesa no fim do século XIII, em cantigas de amigo, lembra-nos Luis Krus, como algumas de João Zorro em que a donzela “lamenta a partida do amigo nos navios que serviam o poder e os negócios do senhor rei”<sup>82</sup>, ou mesmo em que a mãe anuncia a partida da filha que acompanhará o amado em viagem. Basta recordarmos, por exemplo, uma de suas barcarolas:

Met' el-rey barcas no rio forte;  
quen amig' á que Deus lh' o amostre:  
alá vay, madr', ond' ey suidade!

Met' el-rey barcas na Estremadura;  
quen amig' á que Deus lh' o aduga:  
alá vay, madr', ond' ey suidade!<sup>83</sup>

Em relação ao poema “Lisboa”, o quadro de uma cidade construída sobre sua *ausência* pode ser lido com dois sentidos: um político, da terra e da cultura marcadas pelo mito de um despovoamento estreitamente ligado ao mar; e o

<sup>78</sup> SANTIAGO, S., Por que e para que viaja o europeu?, in: \_\_\_\_, *Nas malhas da letra*, 1989, p. 194-197.

<sup>79</sup> Ibid.

<sup>80</sup> LOURENÇO, E., op. cit., 2001, p. 46-47.

<sup>81</sup> Ibid.

<sup>82</sup> Cf. KRUS, L., op. cit., p. 103.

sentido da própria poética andreseniana, de uma cidade que, ao se tornar visível, presente e inteira pela nomeação, denuncia sua ausência: “Lisboa oscilando como uma grande barca/ Lisboa cruelmente construída ao longo de sua própria ausência”.<sup>84</sup>

Em se tratando de um poema de Sophia de Mello Breyner Andresen, autora que preza veementemente uma identidade entre arte e vida, entre ética e estética, ambas as leituras, longe de apresentarem-se como diversas, podem ser vistas como convergentes.

*Navegações* é um livro que tem os portugueses ausentes em Lisboa como presenças espalhadas pelo mar, onde descobrem “As ilhas”, ou põe-se à “Deriva”, tomando assim caminhos vários, entre eles o de volta. Talvez também por isso “Lisboa” seja um poema colocado à parte pela autora, não integrado às *Navegações* propriamente ditas, porque seu espaço é antes o outro lado dessas viagens; o lado avesso, mas inerente. Assim “Lisboa” aparece como um reflexo da visão andreseniana do *descobrir*, exatamente por ser o espaço no qual simbolicamente desembarcam, ou são sentidos, os resultados das viagens.

Saindo de “Lisboa”, o primeiro caminho da viagem nos leva até “As ilhas”, parte formada por sete poemas numerados, os cinco primeiros datados de 1977 e os dois últimos de 1979. São variados e vastos os sentidos que podemos depreender de tal título quando o relacionamos aos descobrimentos e ao conjunto da obra de Sophia Andresen; demonstraremos apenas alguns destes.

Na longa e gradual reintegração do mar no imaginário da cristandade européia, que teve início paralelamente à “retomada de um processo civilizacional capaz de reatar um perdido paradigma urbano e mercantil”, processos estes difundidos nos séculos XII e XIII pelo clero continental e interior,<sup>85</sup> as ilhas atlânticas passaram a adquirir importante função. Logo se tornaram espaço recorrente na literatura clerical; era onde santos, monges e eremitas reproduziam aventuras “outrora recordadas como tendo sido protagonizadas por Hércules ou Ulisses”, refletindo a “cristianização de tópicos e temas relativos às navegações dos heróis da Antigüidade”; também aventuras de heróis arturianos reapareciam cristianizadas e transpostas de florestas para ilhas.<sup>86</sup> Os clérigos letrados

<sup>83</sup> CUNHA, Celso F. (org.), *Cancioneiro de Joan Zorro*, 1949, p. 55.

<sup>84</sup> ANDRESEN, S., op. cit., 1996, p. 9.

<sup>85</sup> KRUS, L., op. cit., p. 100.

<sup>86</sup> Ibid., p. 99-100.

divulgavam, então, notícias de santos ligados ao mar e às viagens, como do irlandês São Brandão e de Santo Amaro, além de apontar ilhas oceânicas nas quais estes, e outros viajantes ligados à mesma fé, teriam deixado relíquias e templos, ou teriam encontrando o próprio Paraíso ou até o Purgatório, atrativos que ficavam a espera de novos corajosos navegantes cristãos.<sup>87</sup>

A mudança da imagem do mar nos séculos XII e XIII está registrada na cartografia<sup>88</sup> da época, que passa a representar, inclusive com ilhas, o grande oceano incógnito, até então omitido ou pouco representado:

[...] também começa a ser frequente localizar por cima dos ondulados e circulares traços que identificavam o mar exterior toda uma série de ilhas [...]. Sobre essas ilhas, tanto mais profusas e contíguas quanto mais recentes são os mapas, inserem-se nomes, ou legendas sobre os eremitas, monges e santos que as teriam percorrido, consagrado e anexado à Cristandade.<sup>89</sup>

Tais ilhas ajudavam a afastar a imagem de um mar demoníaco, relacionado ao caos e à desordem; transformavam-no em espaço de memória sagrada e tornavam-se importantes atrativos à navegação cristã.

Muitas ilhas eram fictícias e foram mesmo assim, durante muito tempo, cartografadas, divulgadas em lendas ou em relatos, de origem clerical ou não, de diversos viajantes. Os descobrimentos históricos muitas vezes misturavam-se com essas lendas. A *ilha de São Brandão* é um exemplo disto, já que “entre 1487 e 1759 empreenderam-se numerosas expedições para tentar localizar aquela ilha”, inclusive cartografaram-na em várias localizações.<sup>90</sup> A *ilha Brasil* é outra a apresentar uma trajetória interessante na cartografia; aparece “pela primeira vez como pedaço de terra firme a oeste do extremo sul da Irlanda, no mapa de Ângelo Dalorto”<sup>91</sup>, de 1325, sendo delineada em mapas posteriores com formas das mais variadas, também com diversas latitudes e longitudes. De acordo com Dreyer-Eimbcke, várias cartas, pelo menos duzentas e nove, entre 1424 e 1500, também registraram uma curiosa *ilha Antília*, muitas vezes associada a outras histórias

<sup>87</sup> Ibid., p. 102.

<sup>88</sup> Lembremos que a confecção de mapas ainda não era chamada *cartografia*, termo inventado em 1839 e que utilizamos aqui anacronicamente. Cf. OLIVEIRA, C., *Dicionário cartográfico*, 1983, p. 153.

<sup>89</sup> KRUS, Luis., op. cit., 1998, p. 99.

<sup>90</sup> Dreyer-Eimbcke, O., op. cit., 1992, p. 59.

<sup>91</sup> Ibid.

como das *Ilhas Afortunadas*,<sup>92</sup> originais da mitologia grega e retomadas como um dos mais populares e vivazes elementos do imaginário expansionista.<sup>93</sup> A *Antília* era associada ainda, principalmente por portugueses, à lendária *ilha das Sete Cidades*, que pode ser considerada um dos muitos ecos das tradições atlantes.<sup>94</sup> Segundo Gustavo Barroso, duas Cartas Régias, uma de 1475 e outra de 1486, prevêem a possibilidade do achamento da *ilha das Sete Cidades* no Atlântico.<sup>95</sup> Os cartógrafos Pierre Desceliers, em 1546, Ortelius, em 1570, e Mercator, em 1587, chegaram a representar as *Sete Cidades*, que logo desapareceriam dos mapas.<sup>96</sup>

Nas notas para o *Prelo*, em 1983, Sophia narra sua experiência ao sobrevoar a costa do Vietnã rumo a Macau: “[...] lá em baixo no azul do mar, sob um céu intensamente azul, navegado aqui e além por grandes nuvens brancas esgarçadas, vi três ilhas de coral azul que eram como os olhos azuis do mar.”<sup>97</sup>

Essas ilhas, assim como as ilhas lendárias, foram oásis de beleza, mas, mais do que isso, foram o convite principal para “Navegação abstracta” da autora pelo tema dos descobrimentos. Ali mesmo em seu vôo, começava a escrever os primeiros poemas de *Navegações*, como foi o caso do segundo poema de “As ilhas”, cuja primeira estrofe faz uma referência irrefutável àquele momento em que a autora se dirigia a Macau: “Navegação abstracta/ Fito como um peixe o voo segue a rota/ Vista de cima tornou-se a terra um mapa”.<sup>98</sup>

Também o primeiro poema acaba deixando transparecer certa relação entre as ilhas que a autora avista de seu avião e as *ilhas luminosas* dos versos:

Navegámos para Oriente –  
A longa costa  
Era de um verde espesso e sonolento

Um verde imóvel sob o nenhum vento  
Até à branca praia cor de rosas  
Tocada pelas águas transparentes

<sup>92</sup> Camões, n’*Os Lusíadas*, identifica as ilhas Afortunadas com as Canárias, assim como muitos outros escritores e cartógrafos de sua época. Cf. CAMÕES, L., *Os Lusíadas*, (V, 8), 1987.

<sup>93</sup> *Ibid.*

<sup>94</sup> Cf. BARROSO, G., As ilhas do Mar Tenebroso, in: \_\_\_\_, *O Brasil na lenda e na cartografia antiga*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941, p. 54-55.

<sup>95</sup> *Ibid.*

<sup>96</sup> Dreyer-Eimbcke, O., op. cit., 1992, p. 60-62.

<sup>97</sup> ANDRESEN, S., Notas sobre *Navegações*, in: *Prelo*, outubro/ dezembro de 1983, p. 107

<sup>98</sup> ANDRESEN, S., op. cit., 1996, p. 14.

Então surgiram as ilhas luminosas  
De um azul tão puro e tão violento  
Que excedia o fulgor do firmamento  
Navegado por garças milagrosas<sup>99</sup>

O súbito aparecimento dessas *ilhas luminosas*, quase fantásticas pela intensidade de sua própria beleza, já expressa o espanto e a maravilha que farão parte do conjunto de poemas. A imagem de um céu “navegado por garças milagrosas” também deixa transparecer um fundo sagrado, ou mesmo lendário, como característica desse espaço. Não podemos deixar de lembrar-nos daquele céu “navegado aqui e além por grandes nuvens brancas esgarçadas” visto por Sophia através da janela de um avião, conforme narra no *Prelo*.<sup>100</sup> Tais *nuvens esgarçadas* se teriam tornado *garças milagrosas* sob o olhar de poeta? O termo *esgarçar* não apresenta qualquer origem comum com *garça*, embora ambos venham do latim<sup>101</sup>, mas a identidade fonética aproxima-os claramente, e a ligação estreita-se ainda mais quando situados em imagens poéticas tão semelhantes.

A resposta a tal pergunta teria ficado apenas em nossa especulação, não fosse a entrevista concedida por Sophia a Eduardo P. Coelho, em que a autora descreve mais uma vez aquele momento de seu vôo a Macau: “[...] espreitei e estava uma madrugada radiosa: era a entrada da Ásia! Um céu azul com umas nuvens que depois aparecem no poema descritas como as ‘garças’, eram nuvens “esgarçadas”.<sup>102</sup>

Mais uma vez ela descreve o encontro com aquela paisagem, com uma costa verde e espessa, com o céu, o mar, as ilhas, de tons azuis incríveis. Ao lermos cuidadosamente os poemas, essa entrevista e o discurso de apresentação, vemos que a experiência biográfica de Sophia começa a mostrar interseções extraordinárias com os poemas de *Navegações*.

Na maior parte dos poemas que formam “As ilhas”, o aparecimento de um oásis de beleza, o encontro repentino de um local paradisíaco, é comum. Muitos versos, como os do poema IV, também trazem a imagem do repentino avistar de ilhas:

<sup>99</sup> Ibid., p. 13.

<sup>100</sup> ANDRESEN, S., op. cit., out./ dez. de 1983, p. 107.

<sup>101</sup> Cf. MACHADO, J. P., op. cit., 1952-1959.

<sup>102</sup> COELHO, E. P., Sophia de Mello Breyner Andresen fala a Eduardo Prado Coelho, in: *ICALP Revista*, n.6, Ago./dez., 1986, Apud. site do Instituto Camões, 27/04/2001, p. 4.

Aqui viu o surgir em flor das ilhas  
 Quem vindo pelo mar desceu ao sul  
 E o cabo contornou para nascente  
 Orientando o cortar das negras quilhas <sup>103</sup>

A viagem rumo ao Oriente, *para nascente*, tem certa recorrência nos textos poéticos dessa parte, ligando-os tanto às viagens expansionistas em busca do Índico, e principalmente da Índia, quanto à experiência relatada nos depoimentos de Sophia Andresen sobre sua ida a Macau. Versos como “Atravessámos do Oriente a grande porta”, no poema II, ou “Navegámos para Oriente”, no poema I, confirmam a mesma direção do poema IV.

Seguindo nesse sentido, o poema IV traz ainda uma peculiaridade, tem como epígrafe o verso retirado do *Purgatório* de Dante, “*Dolce color d’oriental zaffiro*”,<sup>104</sup> que é ainda utilizado como referência para outros versos nessa mesma parte: “O doce azul de Oriente e de safiras”, ainda no poema IV, e “Atravessámos do Oriente a grande porta/ De safiras azuis no mar luzente”,<sup>105</sup> no poema II. A imagem da mesma cor ressurge ainda em “Deriva”, no poema VIII, com “Vi lagunas azuis como safiras”.<sup>106</sup> Parece relevante pensarmos que, se os viajantes cristãos dos escritos clericais da Baixa Idade Média encontraram o Paraíso ou o Purgatório em ilhas, Sophia encontrou a cor do *Purgatório* produzindo imagens paradisíacas em “As ilhas”, e retomou-as em “Deriva”. A autora narra inclusive, ainda em seu discurso de 1984, que no vôo para Macau “As portas da Ásia abriram-se naquele preciso azul de que fala Dante no *Purgatório*. [...] “Mas estavam neste mundo”.<sup>107</sup>

Também no âmbito histórico, algumas ilhas tiveram relevante papel político no início das navegações ibéricas expansionistas, não somente pelo grande impulso de descobrir novas terras que teve início, de acordo com Luís de Albuquerque, no século XIV, quando navegadores “Italianos, maiorquinos, aragoneses e talvez mesmo portugueses visitaram várias vezes as ilhas Canárias, onde, segundo algumas lendas muito antigas, reinava a felicidade quase

<sup>103</sup> ANDRESEN, S., op. cit., 1996, p.16.

<sup>104</sup> Ibid., p. 16.

<sup>105</sup> Ibid., p. 14.

<sup>106</sup> Ibid., p. 30.

<sup>107</sup> ANDRESEN, S., op. cit., 1996, p. 7.

absoluta”.<sup>108</sup> Essas ilhas, longe de corresponderem à sua fictícia fama, interessavam aos exploradores por produzirem alguns vegetais, por possibilitarem a captura de homens locais para serem vendidos como escravos e por representarem a possibilidade de um território a ser colonizado.<sup>109</sup> Nas Canárias deu-se grande rivalidade entre Portugal e Aragão – ainda separado de Castela –, aquele com objetivos de “constituir pontos de apoio das viagens ao longo da costa africana ao sul do cabo Bojador”, este planejando uma “ocupação e exploração económica das ilhas”.<sup>110</sup>

Enquanto aragoneses e castelhanos confirmavam seu poder sobre as Canárias, Portugal “empreendia viagens em direcção ao sul, ao longo da costa africana, até então desconhecida”.<sup>111</sup> Ao fim do século XV, Portugal já “terminava também a ocupação das ilhas atlânticas”.<sup>112</sup> Dessa maneira, ocupar as ilhas do Atlântico possibilitava aos portugueses um apoio para a navegação e novos territórios a serem distribuídos à pequena nobreza. Além disso, representavam uma prova concreta de que conheciam então o oceano.

O poema VI faz referência a esse momento das explorações:

Navegavam sem o mapa que faziam

(Atrás deixando conluios e conversas  
Intrigas surdas de bordéis e paços)

Os homens sábios tinham concluído  
Que só podiam haver o já sabido:  
Para a frente era só o inavagável  
Sob o clamor de um sol inabitavel [...]<sup>113</sup>

O que se deixa para trás é o mesmo ambiente de ilusão que aparece em “Lisboa”, é a cidade de conspirações e segredos, dessa vez com construções bem definidas, *bordéis* e *paços*, mas sem um nome que a determine. Notemos que aparece entre parêntesis, mais uma vez à parte, sendo uma ausência, já deixada para trás.

<sup>108</sup> ALBUQUERQUE, L., A descoberta do mundo pelos Ibéricos, in: \_\_\_\_, *As navegações e a sua projeção na ciência e na cultura*, 1987, p. 9.

<sup>109</sup> Ibid.

<sup>110</sup> Ibid., p. 10.

<sup>111</sup> Ibid.

<sup>112</sup> Ibid., p. 12.

<sup>113</sup> ANDRESEN, S., op. cit., 1996, p. 18.

O conhecimento das ilhas atlânticas e seu registro em cartas náuticas marcaram um novo momento da expansão e do poder português, quando D. João II pôde finalmente começar a pôr em prática o plano de ir adiante, de chegar à Índia. Mas, mesmo com a tentativa de estabelecer um tratado em 1479, os conflitos pelo domínio do Atlântico não terminaram até a descoberta da América Central por Cristóvão Colombo, que chega às ilhas americanas a serviço dos reis católicos, em 1492. Essa viagem de Colombo resultou no primeiro tratado no seio da cristandade assinado sem interferência do Papa, sem o conselho da Cúria Romana: o Tratado de Tordesilhas, de 1494, entre D. João II e os reis católicos, Isabel e Fernando.<sup>114</sup> Assim, tal tratado – que resultou da descoberta de ilhas do Novo Continente – só foi questionado mais tarde, quando espanhóis chegaram a outras ilhas, já ocupadas por portugueses, as Molucas, cuja produção de especiarias era bastante valiosa.<sup>115</sup> Politicamente, as ilhas agem como os padrões portugueses, aqueles marcos de pedra que sinalizam a posse, demarcando o domínio sobre o espaço marítimo.

Sophia de Mello Breyner Andresen em suas “Notas sobre *Navegações*”, afirma que, ao avistar a beleza das ilhas, em seu vôo, pensou sobre os descobrimentos e entendeu que “Houve o oiro, a cobiça, os escravos, a canela, a violência, mas nada disso pode impedir o espanto e o maravilhamento”.<sup>116</sup> O olhar primeiro é o que chama a atenção da autora para o tema, ela mesma imaginando o olhar de homens que presenciaram o momento único de uma descoberta. Este é o momento de “As ilhas”, o instante em que surge um novo espaço da realidade, até então desconhecido; este é o *surgir* presente nessa parte, o mesmo da última estrofe do poema VI:

Indecifrada escrita de outros astros  
No silêncio das zonas nebulosas  
Trêmula a bússola tacteava espaços

Depois surgiram as costas luminosas  
Silêncios e palmares frescor ardente  
E o brilho do visível frente a frente<sup>117</sup>

<sup>114</sup> ALBUQUERQUE, L., op. cit., 1987, p. 14.

<sup>115</sup> Ibid., p. 15.

<sup>116</sup> ANDRESEN, S., op. cit., in: Prelo, 1983, p. 107.

<sup>117</sup> Ibid., p. 18.

Essa descoberta remete ao próprio encontro com a geografia do mundo, o planeta, histórica e culturalmente, trazido aos olhos de seus habitantes, emergido da fragmentação, da ocultação, e exposto em sua inteireza.

Em uma entrevista feita pelo poeta Virgílio Lemos a Sophia Andresen, acerca da publicação do volume intitulado *Ilhas*, de 1989 – livro de poemas posterior portanto a *Navegações* –, o entrevistador começa expondo um pouco sua própria idéia sobre os sentidos possíveis desse signo. Virgílio Lemos diz inicialmente:

Olho à volta: aquela imensa sala que dá para um jardim em terraço, com o Tejo lá ao fundo, não poderia ser ela também uma ilha?, uma ilha dentro da cidade? [...] Para mim a ilha é um microcosmo, o resumo metafísico do universo. [...] Esta relação carnal com o que nos rodeia: árvores, pedras, água, terra, é uma necessidade. E nesta complexidade há qualquer coisa de mórbido e visceral. [...].<sup>118</sup>

Essa interpretação do poeta entrevistador pode ser vista também nos poemas andresenianos. Concluimos que, sendo a ilha uma síntese universal, descobrir a ilha é poder nela mesma ver representado o mundo inteiro.

O mundo que se tenta representar na ilha não é, no entanto, o mundo partido da contemporaneidade, mas um mundo uno, inteiro, de aliança entre homem e mundo, entre humano e sagrado, arte e vida, ética e estética. O desejado *reino* – sobre o qual nos fala Sophia de Mello Breyner Andresen em “Arte poética I” – pode também ser uma ilha: “O reino agora é só aquele que cada um por si mesmo encontra e conquista, a aliança que cada um tece. [...] Nós procuramos reuni-lo, procuramos sua unidade, vamos de coisa em coisa.”<sup>119</sup>

Trata-se de um *reino* por ela encontrado, reunido, edificado em meio a um mundo que é apenas um *habitat*. De maneira até mesmo paradoxal, a ilha, que simbolicamente se costuma ligar à idéia de fragmentação e de isolamento, concretiza-se em *Navegações* como universo de unidade e inteireza – conceitos tão caros a Sophia –, mesmo que esse universo seja hoje o de *cada um*.

Ver o emergir desse reino no próprio *surgir* das ilhas é ver um mundo que é tirado da fragmentação e da ocultação, e que é trazido à inteireza por ser nomeado pela palavra poética, um espaço que se concretiza ao ser transposto a uma ordem

<sup>118</sup> LEMOS, Virgílio., Sophia: “Há forças de destruição na minha poesia”, in: *Ler: livros & leitores*, n.7, 1989, p. 21.

<sup>119</sup> ANDRESEN, S., *Geografia*, 1990, p. 86.

simbólica.<sup>120</sup> Além da importância histórica das ilhas no conhecimento do planeta, é dessa *ilha síntese* que vem também a imagem do encontro com a inteireza do mundo, da realidade desvelada, da verdade exposta, constante em “As ilhas”, como no poema V:

Ali vimos a veemência do visível  
O aparecer total exposto inteiro  
E aquilo que nem sequer ousáramos sonhar  
Era o verdadeiro<sup>121</sup>

Daí também a convergência, no pensamento de Sophia, de três conceitos aparentemente tão diferentes entre si, colocados como um só tema fundamental das *Navegações*: o *olhar*, a *Alétheia* e o *descobrimento*.

No volume intitulado *Ilhas*, de 1989, a ilha deixa claro aí também seu sentido de ponto de referência. Se a ilha foi historicamente um marco de apoio para a navegação, em poemas dedicados a pessoas, poetas, lugares, instantes e acontecimentos, Sophia indica suas próprias ilhas, seus principais pontos de referência. Podemos observar esse fato pelos títulos de poemas como “Veneza”, “Barcelona”, “Madrugada”, “Dedicatória da terceira edição do coral ao Ruy Cinatti”, ou “Carta(s) a Jorge de Sena”, ou ainda nas referências a Byron e à Grécia; também “Os navegadores” e “Descobrimento” são *Ilhas* no universo de Sophia de Mello Breyner Andresen.

“As ilhas” de *Navegações* também trazem essa mesma indicação, integrando “o jogo de invocações e ecos”<sup>122</sup> que os descobrimentos implicam. Confirmam-se como referências a intertextualidade com Camões, o verso de Dante em epígrafe e transformado em outros versos, a imagem anônima de navegadores que ousaram ir além, e até mesmo a penosa aceitação de uma morte, no poema VII – sobre D. Sebastião, como é possível deduzir e encontra-se ainda especificado em nota na segunda edição.<sup>123</sup> Tais vozes e ecos em *Navegações* serão assunto tratado na “Singradura perfeita”.

Curiosamente, há menos referências em “As ilhas” do que na parte denominada “Deriva”. Virgílio Lemos, também um poeta ligado às viagens e ao

<sup>120</sup> Cf. COELHO, E. P., op. cit., 1972, p. 228.

<sup>121</sup> ANDRESEN, S., op. cit., 1996, p. 17.

<sup>122</sup> Ibid., p. 7.

<sup>123</sup> ANDRESEN, S., Notas, in: \_\_\_\_, op. cit., 1996, p. 40.

mar, acrescenta na mesma entrevista com Sophia Andresen uma outra reflexão fundamental: “A ilha parece-me também um apelo para ir mais longe e ouvir a morte longínqua”.<sup>124</sup> Talvez por isso as referências sejam poucas, mas representem intensos convites para ir adiante, para cair em outras referências, para pôr-se à “Deriva”.

Vale lembrar que, simbolicamente, a ilha pode ser aquele ponto a que se chega apenas após uma travessia, através de um vôo ou uma navegação.<sup>125</sup> Foi assim com Sophia em sua ida a Macau, foi assim com navegadores e viajantes, com as várias referências para o conjunto de poemas. Alcançar “As ilhas” e seus sentidos possíveis, ou mesmo avistá-las, descobri-las em sua geografia tão repentina, implica essa travessia, uma passagem iniciática já que pressupõe o contato com um elemento dos mais purificadores e unificadores da poesia dessa autora, o mar, para que assim seja atendido o apelo maior: ir mais longe.

A “Deriva” é a resposta ao apelo d’“As ilhas”. Trata-se da parte de *Navegações* com maior número de textos, contando com dezessete poemas numerados, datados quase todos de 1982, com exceção do poema XV, de 1979. Esse momento do volume coloca-nos em contato com uma nova etapa da viagem – ou das viagens – em uma espécie de episódio de continuação, os desfechos diversos.

Os sentidos do título “Deriva” são um pouco menos intrincados e variados do que os de “As ilhas”, mas são igualmente importantes no entendimento dos poemas. De acordo com o *Dicionário de termos náuticos, marítimos e portuários*, o verbo *derivar* pode significar “Andar à deriva”; denota, assim, a ação que ocorre quando “a embarcação se desvia da rota previamente estabelecida, por ação da corrente marítima”, involuntariamente, ou mesmo a de “navegar ao sabor dos elementos circunstanciais como o vento, as vagas e a correnteza”, voluntariamente ou não.<sup>126</sup> As idéias de desvio e da força do acaso têm realmente certa recorrência nos poemas dessa parte.

O poema III trata principalmente desse desvio, do perder-se, do deixar-se levar pelo acontecimento natural, o intenso *azul dos temporais* de que falam os versos. O temporal aí não se refere necessariamente àqueles enfrentados durante

<sup>124</sup> LEMOS, Virgílio., op. cit., 1989, p. 21.

<sup>125</sup> CHEVALIER, J; GHEERBRANT, A., *Dicionário de Símbolos*, 1996, p. 501.

<sup>126</sup> LEAL, A., *Dicionário de termos náuticos, marítimos e portuários*, 1991, p. 44.

trajetos marítimos, em que diversas naus, caravelas e todo tipo de embarcações pequenas perderam-se ao longo da história: “Nus se banharam em grandes praias lisas/ Outros se perderam no repentino azul dos temporais”.<sup>127</sup>

A imagem de um azul hipnótico dos temporais, capaz de levar um homem a perder-se, torna-se muito mais ampla e complexa do que a simples idéia de um temporal em alto mar. Este é o repentino azul da surpresa, do espanto, do medo e do maravilhamento de *Navegações*, mas principalmente de quando os encontros e as reações levam à perdição, à morte, ao desterro, ao desaparecimento, ao aniquilamento. Um contraste é construído nos dois versos, entre os *nus*, que, alcançando esse estado primordial da nudez, puderam banhar-se nas *praias lisas*, espaço também inicial, de unidade, pureza e criação na poesia andreseniana, e os *outros*, que se deixaram perder, que se desviaram de suas rotas, voluntária ou involuntariamente. Se é a deriva que pode levar à perdição, é também esta que pode conduzir à salvação.

O poema IV, que se refere a Bartolomeu Dias, também traz a idéia de uma perda: “Ele porém dobrou o cabo e não achou a Índia/ E o mar o devorou com o instinto de destino que há no mar”.<sup>128</sup>

O desvio nesses versos está justamente em não achar o que se esperava, é um descaminho marcado pelo desfazer de planos, em consequência de seguir um apelo ilusório, muito mais distante do que sua miragem parecia projetar. Essa perda também derivou posteriormente na tragédia pessoal do navegador. Notemos que o poema de mesmo número, IV, de “As ilhas”, traz a imagem de alguém que dobra o cabo, seu desfecho, no entanto, é distinto naquela parte<sup>129</sup>:

Aqui viu o surgir em flor das ilhas  
Quem vindo pelo mar desceu ao sul  
E o cabo contornou para nascente  
Orientando o cortar das negras quilhas

E sob as altas nuvens brancas liras  
Os olhos viram verdadeiramente  
O doce azul de Oriente e de safiras<sup>130</sup>

<sup>127</sup> ANDRESEN, S., op. cit., 1996, p. 25.

<sup>128</sup> Ibid., p. 26.

<sup>129</sup> De acordo com comentários da Professora Cleonice Berardinelli, é provável que esse poema IV de “As Ilhas” faça referência a Vasco da Gama, que, ao contrário do que sucedeu a Bartolomeu Dias, ele sim, “Orientando o cortar das negras quilhas”, viu verdadeiramente “O doce azul de Oriente e de safiras”.

<sup>130</sup> ANDRESEN, S., op. cit., 1996, p. 16

Ao contrário do que ocorre em “As ilhas”, ultrapassar o cabo em “Deriva” parece ter perdido o maravilhamento do olhar inicial, do surgir das ilhas, do encontro com o azul do Oriente, do descobrimento de um novo espaço terrestre. Neste caso, ouvir o apelo cheio de beleza e encantamento de “As ilhas” e seguir em frente leva à perdição.

O poema VIII, em “Deriva”, monta uma espécie de inventário das descobertas contidas no conjunto de *Navegações*; seu final traz um questionamento que condiz com essa idéia de *derivar*, *perder-se*, *desviar-se* do rumo: “As ordens que levava não cumpri/ E assim contando tudo quanto vi/ Não sei se tudo errei ou descobri”.<sup>131</sup>

Nos versos, o desvio representa o não cumprimento das ordens, mas a dúvida entre ter isto sido um erro ou ter originado condições para descobertas confere a essa deriva a possibilidade de ser entendida como positiva, ou até mesmo fundamental para o encontro com o novo e o inusitado.

Os sentidos do termo *derivar* vão mais longe. Lembremos que também designa *desenvolver-se*, *originar-se*.<sup>132</sup> Esses sentidos estão presentes na parte denominada “Deriva”, nos acontecimentos que transcorreram dos descobrimentos, seu desenvolvimento, suas conseqüências e resultados.

O encontro com o outro é um desses importantes fatos decorrentes das descobertas marítimas e aparece em vários poemas dessa parte, em versos como “Dos homens nus e negros contarei”, do poema V,<sup>133</sup> ou como “Eu vos direi a grande praia branca/ E os homens nus e negros que dançavam”, do poema VI,<sup>134</sup> ou como “Eu vos direi a nudez recém-criada [...] / De homens ainda cor de barro [...]”, do poema VII,<sup>135</sup> e “Vi homens nus bailando nos areais”, do poema VIII.<sup>136</sup> São exemplos do encontro inesperado com um homem inteiramente desconhecido.

Outras civilizações mais complexas, mas também novas ao olhar europeu, despertam espanto e maravilha ao viajante, como no poema IX:

<sup>131</sup> Ibid., p. 30.

<sup>132</sup> FERREIRA, Aurélio B. H., *Pequeno dicionário brasileiro de língua portuguesa*, 4 vols., 1973, p. 373, v. 2.

<sup>133</sup> ANDRESEN, S., op. cit., 1996, p. 27.

<sup>134</sup> Ibid., p. 28.

<sup>135</sup> Ibid., p. 29.

<sup>136</sup> Ibid., p. 30.

Cidades e ciladas  
 Mas também  
 O pasmo de tão grande arquitectura  
 As sedas os perfumes a doçura  
 Das vozes e dos gestos

Os grandes pátios da noite e sua flor  
 De pânico e sossego <sup>137</sup>

A flor paradoxal dos pátios da noite é como esse novo espaço trazido aos olhos, em que convivem medo e silêncio, espanto e maravilhamento, pânico e sossego, todo um novo universo que se oferece ao descobrimento.

No poema X, a faculdade de fazer derivar está no olhar do descobridor e nas transformações que é capaz de imprimir. Esse olhar desvia, desloca os significados à sua vontade e de acordo com seu próprio conhecimento:

Olhos abertos do navegador  
 Mudam aqui a luz a sombra a cor  
 E também faces e gestos se modulam  
 Segundo elaboradas estranhezas  
 Outro o recorte da vaga e do penedo  
 Caudas de dragões seguem os barcos <sup>138</sup>

O derivar está também na busca vã de si mesmo no outro. O poema XIII compara-se a uma hipotética procura frustrada por si mesmo. De acordo com a nota trata-se de “uma invocação de Pessoa”<sup>139</sup>:

Canção rente ao nada  
 No silêncio quieto  
 Da noite parada

Como quem buscasse  
 Seu rosto e o errasse <sup>140</sup>

Ao contrário do que se percebe em “As ilhas”, em “Deriva” já há a presença da noite, nos poemas I, IX, XIII, no primeiro em *extáticos luares*, no segundo, ligado ao medo e ao espanto das “Cidades e ciladas”, no terceiro à frustração da busca de si mesmo. No poema X, a noite está subentendida pela presença da luz

<sup>137</sup> Ibid., p. 31.

<sup>138</sup> ANDRESEN, S., op. cit., 1996, p. 33.

<sup>139</sup> Ibid., p. 40.

de lamparinas, e o espanto identifica-se com um profundo estranhamento religioso:

Sombrios deuses  
Senhores do medo antigo  
O sopro como estátuas suspendendo  
Na movediça luz das lamparinas <sup>141</sup>

A noite também decorre do dia, da claridade, passado o momento inicial das ilhas luminosas, das praias claras, dos homens nus e puros, eis que surge a noite como um resultado possível.

Reforçando os sentidos de *espalhar-se*, de *dar origem* e de *descender*, que o verbo *derivar* também apresenta,<sup>142</sup> a “Deriva” é a parte de *Navegações* em que a idéia do êxodo português deixa suas marcas maiores. O poema XIV trabalha com a imagem de uma ausência. De acordo com sua nota explicativa, refere-se a Jorge de Sena, como sabemos, um português que viveu no estrangeiro muitos anos: “Através do teu coração passou um barco/ Que não pára de seguir sem ti o seu caminho”.<sup>143</sup>

A imagem do barco marcado pelo signo da ausência, que segue seu curso sem o tripulante que dele fora desviado em algum ponto da viagem, representa, mais do que a ausência de Jorge de Sena, a de muitos outros portugueses que se puseram à deriva pelo mundo ao longo dos séculos que separam os primeiros descobrimentos marítimos portugueses e a perda das últimas colônias africanas.

A idéia da ausência nos leva de volta a “Lisboa”, conduz-nos à cidade de *estar* e *carência* do primeiro poema do conjunto, ao espaço cinzento, hostil, desolador e negativo do poema XV, que é também de portugueses ausentes:

Inversa navegação  
Tédio já sem Tejo  
Cinzento hostil dos quartos

Ruas desoladas  
Verso a verso  
Lisboa anti-pátria da vida <sup>144</sup>

<sup>140</sup> Ibid., p. 35.

<sup>141</sup> Ibid., p. 32.

<sup>142</sup> FERREIRA, A. B. H., op. cit., 1973, p. 373, v. 2.

<sup>143</sup> ANDRESEN, S., op. cit., 1996, p. 36.

O poema XVII, o último de “Deriva”, faz uma referência à arte manuelina. Esse estilo artístico, que na verdade já existia antes de D. Manuel subir ao trono, mistura “tradições medievais, influências italianas e exóticas” para resultar numa arte sedutora marcada pela peculiaridade e pelo encontro de influências várias, como reflexo de uma época em que Portugal era “um fabuloso reservatório de conhecimentos sobre os mares e os mundos distantes”.<sup>145</sup>

Estilo manuelino:  
 Não a nave românica onde a regra  
 Da semente sobe da terra  
 Nem o fuste de espiga  
 Da coluna grega  
 Mas a flor dos acasos que a errância  
 Em sua deriva agrega<sup>146</sup>

Os versos diferenciam o estilo manuelino de algumas construções marcadas pela regra e por padrões, ressaltando certo acúmulo ao acaso como característica principal do estilo. A arte manuelina não deixa de ser uma forma de pôr-se à deriva culturalmente, de deixar-se lavar, de desviar cursos outros e reuni-los. A imagem de uma *flor dos acasos* agregada pela errância é o que tão perfeitamente integra tal arte no sentido geral de “Deriva”.

Agregado em “Deriva” também encontra-se um repertório de séculos de história e de literatura. As poucas referências que “As ilhas” trazem como pontos de apoio e de apelo para seguir adiante tornam-se muitas e várias em “Deriva”, espalham-se, originam-se, desenvolvem-se, desviam-se, vão *mais longe e ouvem a morte longínqua*. Assim como, em termos lingüísticos, de uma palavra podem derivar-se outras dentro de um sistema lingüístico e ao longo da evolução da língua, os textos de escrivães de viagem, de cronistas e de poetas diversos derivam uns dos outros, e são referências importantes nos poemas da parte de *Navegações* intitulada “Deriva”.

São várias as rotas possíveis, mas algumas delas sempre levarão a Lisboa. Era então naquela cidade, que já foi chamada de *lente do mundo*, que entravam em confluência diversos boatos, escritos e memórias, chegados pelo mar. Era nela que apareciam os primeiros relatos sobre navegações atlânticas, para onde eram

<sup>144</sup> Ibid., p. 37.

<sup>145</sup> GRUZINSKI, S., op. cit., 1999. p. 54.

<sup>146</sup> ANDRESEN, S., op. cit., 1996, p. 39.

levadas as notícias de uma recém-conhecida costa africana, de um caminho marítimo possível para o Índico e o Oriente, de terras que formavam um Novo Mundo, de sociedades e civilizações inimagináveis.<sup>147</sup> Em Lisboa, as notícias das descobertas mais recentes reuniam-se, circulavam, faziam-se transmitir, vindas de viajantes recém-chegados, de expedicionários retornados, registravam-se em cartas e roteiros, eram utilizadas por cronistas e cosmógrafos, incentivavam novas navegações e explorações de terras distantes. As novidades corriam pela cidade a ponto de ter-se feito necessária uma política de sigilo, imposta por D. João II para controlar a informação e garantir os interesses da Coroa sobre as novas terras.<sup>148</sup>

Na capital portuguesa estava a arte manuelina como reflexo do contato com diferentes lugares e povos, com o exotismo de estilos vistos em países distantes, com a influência artísticas de diversos estrangeiros residentes na cidade; estava a concretizar o acaso, o transcorrer e o desvio.

Naquela cidade também se encontrou, durante os séculos de sucessões dos impérios portugueses ultramarinos, a ausência de toda uma parte da população.

É para Lisboa que também nos voltamos, para a cidade que, depois de ser, por séculos, uma metrópole periférica, “envolta por interesses e relações internacionais que não controlava”<sup>149</sup>, vê-se desprovida de seu caráter atlântico após a Revolução dos Cravos, precisando reencontrar seu papel como cidade europeia.<sup>150</sup> É para essa cidade que, no ano que se segue ao 25 de Abril, também retornam portugueses vindos da África, e à qual começam a chegar numerosos imigrantes cabo-verdianos, brasileiros, angolanos, moçambicanos.

Em poucos anos, já posteriores à publicação de *Navegações*, de 1983, vemos a cidade tornar-se centro turístico. De acordo com Lincoln Secco, “Lisboa passou a viver de passado. Convenientemente moldado para turistas.”<sup>151</sup> Não seria essa mais uma maneira de continuar a viver do mar passado e de viagens?

A essa cidade em que o mar passaria a dilatar-se na direção das casas, das praças e dos monumentos também nós voltaremos muitas vezes nesta viagem. Trata-se da cidade e do texto à parte das *Navegações*. Sophia, em 1977, quando

<sup>147</sup> Cf. MEES, L., A, *As representações do novo mundo na cartografia portuguesa do século XVI*, 2001.

<sup>148</sup> *Ibid.*, p. 37.

<sup>149</sup> SECCO, L., *op. cit.*, 2004, p. 154.

<sup>150</sup> *Ibid.*

<sup>151</sup> *Ibid.*, p. 218.

partiu para sua viagem a Macau saiu curiosamente de Londres<sup>152</sup>, e, no entanto, é Lisboa que aparece em texto como porto de suas viagens abstratas. Rumo ao Oriente ela começa, então, a compor os primeiros poemas de uma nova viagem marítima.

---

<sup>152</sup> Dado recolhido de uma entrevista de Sophia Andresen: “A única vez que uma viagem de avião me deu a sensação de navegação foi quando fui a Macau. [...] Mas nessa viagem muito comprida, eu lembro-me de [...] descermos na Arábia com imenso calor, – especialmente para mim que vinha de Londres... – de repente ter a sensação da ‘navegação’.” COELHO, E. P., op. cit., 1986, Apud., op. cit., 27/04/2001, p. 4.

## 2.1 COORDENADAS

Diria que os astronautas e os turistas constituem-se em legítimos herdeiros dos velhos navegadores, daqueles que souberam ocupar a proa de seus espaços nas inventivas gerais que alicerçam os novos tempos.

Gerd Bornheim – “A descoberta do homem e do mundo”

De acordo com o verbete presente no *Dicionário cartográfico, Coordenadas* são “Grandezas lineares ou angulares que indicam a posição ocupada por um ponto numa estrutura ou sistema de referência”.<sup>153</sup> O ponto que queremos localizar é mais precisamente *Navegações*, livro publicado pela primeira vez em 1983, em Portugal, constituindo um conjunto de vinte e cinco poemas sobre o tema das viagens marítimas expansionistas empreendidas principalmente por portugueses, no fim do século XV e início do XVI. Mas o desafio maior para nós está erguido na própria semântica do termo, ligada fundamentalmente ao sentido de localização espacial. A estrutura, ou sistema de referência, em que, nesse momento, pretendemos situar os poemas identifica-se mais com um período: além do fator espacial, nossa referência será aqui principalmente temporal.

Falamos de um contexto, estritamente expresso pelas datas trazidas nos poemas, que vão de 1977 a 1982, e mais amplamente integrado a um conjunto de acontecimentos que cercam esses anos, mais ainda, que envolvem essas décadas, ou até mesmo marcam seu século. Nem todos os textos da obra de Sophia Andresen são datados, o que ressalta a importância da presença de datas junto aos poemas de *Navegações*. Não se trata aqui de entrar numa conceituação que vise a diferenciar fatores estruturais e conjunturais. Pela impossibilidade de entrar a fundo em questões desse porte, procuraremos, sim, apenas apresentar um período, de maneira que este nos ajude a compreender características dos poemas, e principalmente a motivação que levou Sophia a escrever *Navegações*, com esse tema dos descobrimentos, em meio a uma época como a sua.

A presença das datas revela-nos, em primeira instância, um período facilmente identificável. A autora começa a escrever os poemas no fim de uma década conturbada em Portugal. Nos anos 70, assistiu-se a um desgaste causado pelos vários anos de guerras de libertação das colônias africanas, então oficialmente referidas como *províncias do ultramar*, terras onde se sentia mais

potencializado o peso econômico e social de serem exploradas por uma metrópole periférica. Para coibir as ações guerrilheiras nos territórios coloniais, o governo português enfrentava a necessidade de enviar um contingente cada vez maior das Forças Armadas, já em processo de fragmentação e de crescente descontentamento. As guerrilhas, por sua vez, encontravam-se em grande vantagem em termos de armas, planejamento de ações e conhecimento do território de combate.<sup>154</sup> O regime fascista, imperialista e colonial português fazia-se cada vez mais isolado politicamente, fato que se tornou óbvio, de acordo com Lincoln Secco, “no dia 24 de setembro de 1973, quando a independência da Guiné foi proclamada e obteve reconhecimento diplomático de 86 países (mais do que o número de nações que mantinham relações diplomáticas com Portugal!)”.<sup>155</sup>

O historiador demonstra ainda que o império português deixava exposta sua decadência em fatos como a condenação da ONU, e demais países democráticos, de seu regime ditatorial, enquanto o governo de Marcello Caetano continuava isolado, mantendo princípios políticos salazaristas e opressores, divulgando uma originalidade de Portugal e atribuindo as responsabilidades de suas falhas na Guerra Colonial às Forças Armadas, desmoralizadas e insatisfeitas. Pressões econômicas e políticas, externas e internas, agravavam cada vez mais a situação do governo.

A Revolução de 25 de Abril de 1974 em Portugal, arquitetada e posta em prática pelo MFA, Movimento das Forças Armadas, pôs fim a quase meio século de regime conhecido como salazarismo, de cunho ditatorial fascista, e deu início a um inevitável processo de descolonização. Dos países africanos, Angola foi o último a tornar-se independente, em 11 de novembro de 1975. Timor Leste, no mesmo ano, sofreu uma invasão militar e seu território acabou, no ano seguinte, anexado pelo regime indonésio, mesmo sem o reconhecimento desse fato pelas Nações Unidas.

Portugal perdia o seu chamado *Terceiro Império*.<sup>156</sup> O Primeiro tinha sido basicamente oriental e o Segundo brasileiro, ambos já perdidos. Se a perda das

<sup>153</sup> OLIVEIRA, C., *Dicionário cartográfico*, 1983, p. 137.

<sup>154</sup> Cf. SECCO, L., *A Revolução dos Cravos e a crise do império colonial português*, 2004.

<sup>155</sup> *Ibid.*, p. 106.

<sup>156</sup> O Terceiro Império português caracteriza-se como uma instituição organizada de dominação, principalmente política e econômica, sobre alguns territórios na Ásia e na África, tendo como pontos mais relevantes e nevrálgicos as colônias portuguesas da África, onde se buscava suprir a perda recente do Brasil. Cf. SECCO, L. op. cit., 2004. Esse Império, “construído sobre as ruínas de

terras orientais se tinha misturado com o sebastianismo e o bandarrismo, a do Brasil jogou as últimas ilusões imperiais portuguesas na África<sup>157</sup> – ilusões que então se desfaziam. Grande parte das colônias desse Terceiro Império não mais apresentava importância econômica, como a Guiné, S. Tomé e Príncipe, Timor Leste e Macau: eram colônias de prestígio. Lincoln Secco lembra-nos: “Discute-se, ainda hoje, se todo o Terceiro Império não foi de prestígio”,<sup>158</sup> ou se realmente o domínio sobre algumas das províncias era “economicamente determinado”.<sup>159</sup>

O momento da Revolução de Abril, chamada Revolução dos Cravos porque foram distribuídas flores aos militares que ocupavam Lisboa, tornou-se, como sua própria alcunha deixou entrever, um momento em que afloraram sonhos em Portugal, impulsionados pelo fim da opressão, de prisões e torturas, dos anos de censura aos que se opunham ao regime, trazendo a esperança de fim das guerras coloniais em África.

Diversas vezes Sophia Andresen deixa transparecer a posição anti-salazarista em sua obra poética, em discursos, em entrevistas, em toda uma série de textos anteriores à Revolução. O descontentamento com o tempo presente é um traço bastante recorrente nesses textos. Um tempo de exílio, de desencanto, de fragmentação, um tempo partido, como já mencionamos, marcado pela contemporaneidade “sem Deus nem deuses”.<sup>160</sup> Esse tempo de contrariedades mistura-se muitas vezes, na voz de Sophia, ao presente político que se impunha em Portugal, o regime ditatorial.

Em seu discurso, ao receber o Grande Prêmio de Poesia atribuído a *Livro Sexto*, na Sociedade Portuguesa de Escritores, em 11 de julho de 1964, Sophia expõe o fato de que a proposta da poesia como uma moral perpassa, inevitavelmente, a posição política da arte dentro de um contexto:

O facto de sermos feitos de louvor e protesto testemunha a unidade da nossa consciência. [...] O tempo em que vivemos é o tempo dum tomada de consciência. Depois de tantos séculos de pecado burguês a nossa época rejeita a herança do pecado organizado. Não aceitamos a fatalidade do mal. Como Antígona a poesia do nosso tempo diz: “Eu sou aquela que não aprendeu a ceder aos desastres.” [...] O

---

dois impérios primitivos”, o oriental e o sul-americano, teve a duração de um longo período, demarcado entre a perda do Brasil no século XIX e a das províncias africanas, no século XX. Cf. CLARENCE-SMITH, G., *O Terceiro Império Português (1825-1975)*, 1985, p. 9-13.

<sup>157</sup> Cf. SECCO, L., op. cit., 2004, p. 227-228.

<sup>158</sup> HAMMOND, J., *Portugal and Africa 1815-1910*, 1966, cf. SECCO, L., op. cit., p. 206.

<sup>159</sup> CLARENCE-SMITH, G., op. cit., 1985, cf. Ibid.

<sup>160</sup> SILVA, Sofia S., *Um viés da ética na obra de Sophia de Mello Breyner Andresen*, 2002, p. 12.

artista não é, e nunca foi, um homem isolado que vive no alto duma torre de marfim.<sup>161</sup>

Ao encerrar seu discurso, a autora faz uma alusão a amigos ausentes. Essa menção é também uma recorrência em seus poemas, em versos a Ruy Cinatti, a Jorge de Sena, entre outros, como já vimos. Basta lembrar os vários poetas e intelectuais presos, ou os que optaram por uma vida longe da ditadura fascista portuguesa. Sophia diz: “quero, ao terminar, saudar os amigos ausentes: porque não há nada que possa separar aqueles que estão unidos por uma fé e por uma esperança.”<sup>162</sup>

A Revolução trouxe um momento em que a arte voltou a ter voz no cenário português. Editoras e autores diversos puderam trazer ao público livros anteriormente recolhidos, volumes já traduzidos mas censurados, toda uma série de títulos, principalmente de cunho esquerdista. Naquela cultura em que “tudo se tornou história”, como o historiador caracteriza a portuguesa por apresentar-se “Sem uma tradição filosófica ou técnica de monta, e com um dilatado passadismo de suas classes de cima”<sup>163</sup>, a literatura começou a produzir um tipo peculiar de romance.

Consolidou-se na literatura portuguesa, segundo Isabel Pires de Lima, nas duas décadas seguintes ao 25 de Abril, um “romance que vive da tensão entre história e ficção”, mas cuja relação entre literatura e realidade é bem diversa do realismo oitocentista.<sup>164</sup> Esse romance joga com um leque de possibilidades. Em um mundo contemporâneo marcado por pluralidades e relativizações, acaba denunciando a história como uma dentre muitas vertentes possíveis de se abordar o passado, como “*uma narrativa, uma textualização do passado*”,<sup>165</sup> a ser desmitificada, desdobrada, vista a partir de novos discursos e explorada também em seus fatos não ocorridos. Um *império da dúvida*, para utilizar um termo da ensaísta, instaura-se nessa produção ficcional, que em sua maioria não permite mais ao leitor diferenciar o fatual do não-fatual.<sup>166</sup>

Maria Lúcia Lepecki também aponta a tendência ambígua dessa ficção atravessada pela história, um “discurso que *finge a veracidade*, que ficciona

<sup>161</sup> ANDRESEN, S., *Obra poética*, v. I, 2001, p. 8.

<sup>162</sup> *Ibid.*, p. 9.

<sup>163</sup> SECCO, L., *op. cit.*, 2004, p. 243.

<sup>164</sup> LIMA, I. P., Traços pós-modernos na ficção portuguesa atual, in: *Semear*, n.4, 2000, p. 14.

<sup>165</sup> *Ibid.*, p. 21.

*formas de historicidade*”, mesclando aos romances uma natureza documental própria do discurso histórico, de maneira a estabelecer um pacto ambíguo com o leitor.<sup>167</sup> Ambas concordam que esse tipo de ficção acaba por denunciar a fragilidade das fronteiras que separam o discurso ficcional do histórico.

Essa ficção, que foi bem ampla no período pós-revolução, de acordo com Isabel P. Lima, “nos leva a pôr em causa o sentido consensual da realidade, contribuindo para a questionação do real e do real histórico.”<sup>168</sup> Esses traços, apontados no romance português recente, podem ser considerados predominantes também no panorama cultural da Europa e dos EUA no último quartel do século XX.

Podemos considerar ainda como grande contribuição do romance português pós-revolução o seu trabalho com a linguagem, que pode ser observado, por exemplo, no abolir da pontuação de alguns textos ficcionais, ou na sua capacidade auto-reflexiva, que em alguns casos beira o narcísico, ou mesmo numa indeterminação ontológica instaurada em outros textos, termos utilizados por Isabel Pires de Lima.<sup>169</sup> Essas práticas estéticas tiveram seu papel inovador no cenário cultural luso.

Nessa cultura onde tudo foi absorvido pela história, e em que a história acabou questionada como uma forma de ficção, vemos emergir a constante de uma leitura obsessiva do passado, leitura que agora poderia ser feita de forma mais crítica, longe das amarras da censura. Os descobrimentos aparecem como assunto recorrente de crítica e reflexão; basta lembrar que a primeira edição de *Navegações* foi impressa sob os auspícios do Comissariado para a XVII Exposição Européia de Arte, Ciência e Cultura, que em 1983 mobilizou a cidade de Lisboa em torno de seu tema: “Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento”. *Navegações*, como vimos, não foi escrito com a finalidade de ser apresentado nessa exposição, mas se beneficiou em muito da convergência temática, já que pôde contar com uma edição arrojada, no mesmo ano.

A poesia portuguesa, a partir dessa década, caracteriza-se pela pluralidade de tendências, o que a integra perfeitamente numa época que, segundo Fernando

---

<sup>166</sup> Cf. *ibid.*

<sup>167</sup> LEPECKI, M. L., *O romance português contemporâneo na busca da história e da historicidade*, 1984, p. 13-21.

<sup>168</sup> LIMA, I. P., *op. cit.*, 2000, p. 21.

<sup>169</sup> *Ibid.*

Martinho, “preza valores como o pluralismo ideológico e estético-literário”,<sup>170</sup> já demonstrando um afastamento das poéticas de vanguarda, tardias em Portugal. A idéia de uma geração com empenho poético comum passa ao desuso, entra em vigência um certo “desinteresse pelos textos programáticos ou manifestários que se verifica por parte dos responsáveis das publicações dedicadas exclusiva e maioritariamente à poesia.”<sup>171</sup> O ensaísta aponta a presença do “romantismo e do realismo como duas grandes referências da lírica do período atual”.<sup>172</sup> Temos, então, um chamado *novo-romantismo*, que pode ser observado na lírica de muitos poetas, e um *realismo*, diverso, no entanto, do descritivismo do século XIX, que podia atingir o caricatural. Esse realismo da atualidade caracteriza-se principalmente por uma consciência acerca da representação literária, trabalhando sobre a falha, a impossibilidade e a necessidade de escolha que acompanham a descrição, fatores estes vistos agora como positivos, de acordo com Martinho.<sup>173</sup>

Sophia de Mello Breyner Andresen procurou ao longo de sua obra manter uma independência de correntes estéticas e pensamentos filosóficos; para ela “A moral do poema não depende de nenhum código, de nenhuma lei, de nenhum programa que lhe seja exterior, mas, porque é uma realidade vivida, integra-se no tempo vivido”.<sup>174</sup> Mesmo perseguindo a declarada fidelidade a si mesma, sua poesia é capaz de amalgamar, numa simplicidade apenas aparente, “mais de vinte séculos de pensamento”<sup>175</sup>, numa síntese muito própria que articula moral e poesia, ética e estética.

Em um discurso intitulado “Poesia e revolução”, lido no I Congresso de Escritores Portugueses, em 10 de maio de 1975, Sophia Andresen defende – como então já era possível fazê-lo de forma mais explícita – o papel político que deve ser inerente à poesia<sup>176</sup>:

[...] a poesia é, por sua natureza, desalienação [...]. Se queremos ultrapassar a cultura burguesa – ou seja o uso burguês da cultura – é porque vemos nele o reino

<sup>170</sup> MARTINHO, F., Depois do modernismo, o que? – o caso da poesia portuguesa, in: *Semear*, n.4, 2000, p. 74.

<sup>171</sup> *Ibid.*, p. 72-73.

<sup>172</sup> *Ibid.*, p. 75.

<sup>173</sup> Cf. *Ibid.*, p. 75-76.

<sup>174</sup> ANDRESEN, S., [Arte poética III], in: \_\_\_\_, *Obra poética I*, 2001, p. 8.

<sup>175</sup> SILVA, S., op. cit., 2002, p. 9.

<sup>176</sup> Vale lembrar que a autora foi, após a Revolução, deputada pelo Partido Socialista à Assembléia Constituinte, tendo sido, antes do 25 de Abril, membro da Comissão Nacional de Apoio aos Presos Políticos.

da divisão, o fracasso do projeto de inteireza. [...] Caminhar para a frente é emergir da divisão. [...] toda a poesia é revolucionária. Por isso a forma mais eficaz que o poeta tem de ajudar a revolução é ser fiel à sua poesia. [...] Mas nenhuma revolução será real se a poesia não lhe for fundamento e não permanecer sua irmã.<sup>177</sup>

Em 1975, nesse ano seguinte ao 25 de Abril, pois, um momento em que se torna possível um primeiro Congresso de Escritores Portugueses, e em que são retomadas atividades intelectuais e editoriais até então em grande parte embotadas pela censura, Sophia prega uma atenção redobrada a tais atividades, demonstra a impossibilidade de uma revolução socialista sem uma revolução cultural.<sup>178</sup> Notemos que esse discurso de 75 foi publicado em *O nome das coisas*, em 1977, seu primeiro livro de poemas publicado após a Revolução. A autora aponta a importância de quatro princípios fundamentais próprios da condição de escritor: “lutar contra a demagogia”, ou degradação da palavra; “lutar contra os slogans”, ou desgaste da palavra; “exercer uma ação crítica”, e torná-la possível sem que se criem preconceitos; “lutar contra a promoção do medíocre”, ajudando a impulsionar uma “revolução de qualidade em todos os meios de comunicação social”.<sup>179</sup> A responsabilidade do poeta e da poesia coloca-se em primeiro plano na visão da autora.

Como já dissemos neste estudo, Sophia Andresen expressou também em sua poesia esse momento especial do país, principalmente em *O nome das coisas*. Alguns dos poemas desse volume tratam diretamente da Revolução e aparecem com datas que vão de 1974 a 1976. O alívio e o sentimento de um novo começo podem ser observados nos poemas mais próximos à data do 25 de Abril. O ritmo acelerado dos acontecimentos fica mais aparente quando observamos que alguns poemas, inclusive os que não trabalham diretamente o tema da Revolução, apresentam datas bem específicas, como “Lagos I”, de 20 de Abril de 1974, “Revolução”, de 27 de Abril de 1974, “Nesta hora”, de 20 de maio de 1974, “Com fúria e raiva”, de junho de 1974; parece importante registrar cada dia ou mês. No livro, em poemas localizados mais adiante, expressa-se também a decepção da autora com as transformações apenas parciais de Portugal, com o fato, apontado por Lincoln Secco, de a “revolução não ter mudado hábitos, formas, estruturas da

<sup>177</sup> ANDRESEN, S., Poesia e revolução, in: \_\_\_\_, *O nome das coisas*, 1977, p. 77-80.

<sup>178</sup> Ibid.

<sup>179</sup> Ibid.

vida política, reproduzindo o parlamento, as eleições e reduzindo ao nada a assembléia”,<sup>180</sup> acontecimentos provenientes de uma série de fatores, de estruturas herdadas e de pressões internas e externas ao movimento revolucionário.

Mas o fim do regime ditatorial, o do Terceiro Império português e o da emigração podem ser vistos como heranças significativas do 25 de Abril, mesmo se os pensarmos como acontecimentos, de alguma forma, inevitáveis. O espaço considerado português era então redesenhado.

Quando Sophia viajava em 1977 a Macau para participar das comemorações de 10 de junho, dia de Camões, dirigia-se então àquela que se podia chamar de última colônia, ou último território ultramarino sob administração portuguesa. Em 1976 havia sido aprovado em Portugal o Estatuto Orgânico de Macau, que criava as bases jurídicas que possibilitariam a autonomia interna daquele território. O Estatuto foi mantido pela Constituição do mesmo ano e “reconhecia, pela primeira vez, Macau como um território chinês sob administração portuguesa”.<sup>181</sup> Desde 1972 a China já tinha solicitado ao Comitê Especial das Nações Unidas a transferência daquele território para a soberania chinesa, mas somente em 1986 teve início o processo formal de negociação; em 1987, a transferência tinha seus parâmetros determinados com a assinatura da Declaração Conjunta Luso-Chinesa, na qual ambos convergiam sobre o projeto de criar um território com autonomia política, direitos e estabilidade social, “conforme o modelo das chamadas democracias ocidentais”, mas ainda assim permaneceu certa desconfiança sobre o futuro do lugar e sobre a eficácia do projeto.<sup>182</sup> A data simbólica para o fim do império português seria 1999, com o fim da administração lusa sobre Macau.

Justamente a caminho daquele último território sob administração portuguesa, já considerado chinês e já prestes a ser politicamente desvinculado de Portugal, a autora começa a escrever os primeiros poemas que integrariam o volume de *Navegações*. Em um momento de reformulação do espaço político-geográfico de Portugal, depois da Revolução, depois da descolonização em África, e com um último território, somente de prestígio, a autora optava por escrever poemas sobre os descobrimentos marítimos manuelinos, ou

<sup>180</sup> SECCO, L., op. cit., 2004, p. 259

<sup>181</sup> SIMAS, M., Transição e trânsitos culturais em Macau, in: *Revista da Biblioteca Mário de Andrade*, p. 106.

<sup>182</sup> Ibid.

fundamentalmente sobre o olhar dos descobridores acerca de espaços inteiramente novos.

Um primeiro detalhe importante que devemos observar é que, durante muitos anos, a memória de conquistas expansionistas portuguesas e a condição de metrópole de territórios ultramarinos, resultantes das descobertas, foram base para o discurso de uma originalidade do país, utilizado para dar respaldo a um governo imperialista, mesmo que isolado politicamente. O mito da grandiosidade de seus feitos históricos e de sua condição colonialista, passada e presente, havia-se tornado “ideologia do império salazarista a partir dos anos 30”.<sup>183</sup> Por que motivo Sophia de Mello Breyner Andresen, autora que sempre deixou clara sua posição de esquerda e sua busca de uma retidão moral na arte, optaria por escrever um livro sobre fatos que deram respaldo público ao regime ditatorial, e justamente nos anos seguintes à queda desse regime?

Parte da questão, ao que parece, já foi respondida. A autora reconhece o lado obscuro e negativo desses feitos nas notas para o *Prelo*, menciona a cobiça e a violência, mas conclui que isso tudo não diminui o maravilhamento e o espanto perante o belo e o inusitado. Por isso Sophia define com tanta certeza, em seu discurso de 1984 [ver 6.2], o verdadeiro tema dos vinte e cinco poemas do volume: “fundamentalmente o olhar”.<sup>184</sup> Não se trata de uma poesia que engrandece os feitos nacionais, ou que dá respaldo a uma mítica originalidade portuguesa, mas que resgata aspectos de acontecimentos cheios de beleza, de novidade, de encantamento e de conseqüências impressionantes para a humanidade, retirando-os da prisão de um uso ideológico fascista. *Navegações* na verdade não é, como aparenta em primeira instância, um conjunto de poemas sobre os descobrimentos portugueses manuelinos. É, antes, um livro sobre a beleza de um primeiro olhar de descoberta, olhar que pode ser apreendido de maneira extraordinária na imaginação do que seria a surpresa e o encanto de um navegador ao descobrir um espaço, uma natureza, uma civilização inteiramente novos; esse é o olhar que pode ser encontrado também em toda uma literatura que o registra.

Somente em poucos momentos nos poemas pode-se definir a nacionalidade dos navegadores e viajantes referidos. É verdade que em poemas que falam sobre

<sup>183</sup> SECCO, L., op. cit., 2004, p. 188-89.

<sup>184</sup> ANDRESEN, S., op. cit., 1996, p. 8.

Lisboa e que citam o Preste João ou o estilo manuelino não se pode fugir à identificação de Portugal, mas esta torna-se secundária diante dos vários poemas em que uma nacionalidade parece irrelevante diante do maravilhamento dos primeiros homens a cruzar os mares e encontrar terras e civilizações inimagináveis. Põe-se em primeiro plano a noção de humanidade, de feitos que mudaram radicalmente a noção de mundo, o conhecimento geográfico, a organização econômica, social, cultural do planeta. Esse fato justifica a publicação das notas explicativas apenas na revista *Prelo* e na segunda edição. As notas retiram certo encobrimento presente nos poemas que os universaliza, dá nomes históricos e nacionais a feitos que beiram o fantástico e o universal. As notas deixam os textos ancorados em Portugal, talvez por isso não existissem na primeira edição, e tenham podido ser posteriormente suprimidas na *Obra poética*.

Não se trata de encararmos tais notas como presenças negativas à leitura da obra, pelo contrário, trata-se apenas de encará-las com elementos externos aos textos poéticos. A opção da autora em incluí-las em uma das edições e em publicá-las numa revista literária confere a essas notas um certo caráter documental. Assim como o discurso de apresentação, passam a integrar *Navegações* como suplementos relevantes em seu entendimento.

Um outro fator suplementar aos textos poéticos andresenianos que devemos apontar diz respeito à presença de localização espacial junto às datas em poemas de outros livros, como em *Dual*, que ao fim do poema VI da parte intitulada “Delphica” traz o local, Delphos, e uma data, 1970; no mesmo volume encontramos outros exemplos, entre estes “O templo de Athena Aphaia”, datado também de 1970 e localizado em Egina. Em *O nome das coisas*, encontramos “Che Guevara” e “Fernando Pessoa ou poeta em Lisboa”, ambos situados em Lisboa e datados de 1972, e o poema “Lagos I”, situado nessa cidade portuguesa e datado especificamente de 20 de Abril de 1974. O registro das cidades onde foram escritos, assim como o das datas, apresenta-se também como um acréscimo, mas que passa a adquirir relevância na leitura desses textos. A opção da autora em registrar os locais integra-se naquela parcela documental que Sophia amalgama em alguns de seus textos. A ausência de localização espacial junto às datas dos poemas de *Navegações* reforça seus aspectos globais.

Isso não apaga a relação que o reformular do espaço político-geográfico português tem com o momento de escrita dos poemas. Pode-se dizer que os

domínios territoriais portugueses muitas vezes foram redefinidos ao longo da história, porém os períodos de mudança mais radical de seu território localizam-se em duas margens. Por um lado o período das descobertas, no fim do século XV e início do XVI, em que o território português foi ampliado a ponto de Camões ter escrito em seu poema épico, na segunda metade do século XVI:

Vós Poderoso Rei, cujo alto Império  
O Sol, logo em nascendo, vê primeiro;  
Vê-o também no meio do Hemisfério,  
E quando *dece*, o deixa derradeiro; [...]<sup>185</sup>

por outro lado as descolonizações do último quartel do século XX fizeram com que Portugal voltasse a ser somente o pequeno país continental, e, assim, tivesse que redefinir seu papel junto à Europa. Talvez o esfacelamento total do império ultramarino tenha, naquele momento, reforçado ainda mais a necessidade de enxergar os feitos expansionistas como fenômenos que pertencem a toda a humanidade, como acontecimentos que transformaram o conhecimento do homem acerca de si mesmo e de seu planeta, e que nos deixaram a diversidade e a curiosidade pelo novo como legados.

De acordo com a filósofa e cientista política Hannah Arendt, três eventos, ainda pré-modernos, marcaram o período de advento da Era Moderna e, conseqüentemente, conferiram-lhe caráter: a Reforma Protestante, os descobrimentos de toda a Terra e a invenção do telescópio.<sup>186</sup> Fé, economia, ciência e conhecimento entravam em processo de profundas transformações. Seus principais agentes, Martinho Lutero, os navegadores e exploradores, e Galileu Galilei, segundo aponta ainda, “não eram revolucionários; seus motivos e intenções estavam ainda fortemente arraigados na tradição”.<sup>187</sup> Em nenhum dos casos houve uma irrupção súbita dos fatos; nenhum desses precursores tinha “a estranha sensação de novidade, a veemência com que quase todos os grandes autores, cientistas e filósofos, desde o século XVII, declaravam ver coisas que nenhum homem jamais vira [...]”.<sup>188</sup> Iniciavam, entretanto, uma nova era; desencadeavam processos que permanecem em desenvolvimento até os dias de

<sup>185</sup> CAMÕES, L., *Os Lusíadas* (I, 8), 1987.

<sup>186</sup> ARENDT, H., A alienação do homem, in: \_\_\_\_, *A condição humana*, 2000, p. 260.

<sup>187</sup> *Ibid.*, p. 261.

<sup>188</sup> *Ibid.*

hoje; viam o que jamais outro homem vira antes daquela maneira; levaram outros homens a ver o inteiramente novo.

Sophia resolveu falar justamente sobre esse sentimento de novidade nos viajantes, sentimento que, segundo Arendt, não encontrava expressão consciente naqueles precursores de uma era. *Navegações* é sobre o olhar *primeiro* dos *primeiros* homens a cruzarem os mares e se depararem, pela *primeira* vez, com o novo, o mundo inteiro e uno pela soma das próprias diversidades, como explicita o poema V de “As ilhas”:

Ali vimos a veemência do visível  
O aparecer total exposto inteiro  
E aquilo que sequer ousáramos sonhar  
Era o verdadeiro

O historiador Vitorino Godinho lembra-nos que muitos aspectos dos descobrimentos expansionistas ainda são, e foram muitas vezes ao longo da história, questionados, como ocorre em relação à verdadeira relevância desses feitos para o homem e à sua legitimidade. Muitos autores, historiadores e intelectuais, na busca de fugir do uso político das descobertas, e “Não querendo passar por cúmplices do opressor europeu”, procuraram, equivocadamente, negar a visão de outros autores “segundo os quais a descoberta da rota do cabo de Boa Esperança e o descobrimento da América se destacariam como dois eventos capitais da história da humanidade”.<sup>189</sup> A tentativa de desconstruir a importância das descobertas da expansão europeia demonstra-se equivocada principalmente por cair em geral no argumento ingênuo de negar o termo *descobrimto*, por considerar que, na maior parte das vezes, os europeus encontraram terras já conhecidas e habitadas por outros povos. O historiador nos lembra que “descobrir apenas tem sentido do ponto de vista do outro – do exterior”.<sup>190</sup> No caso, *descobrir* refere-se a um determinado olhar, o do desconhecimento do europeu.

Mas Godinho aponta uma contribuição mais ampla dos descobrimentos, que ultrapassa o reconhecimento e a simples divulgação na Europa de novos lugares. Notemos que foram muito diversos entre si os espaços considerados descobertos. Havia terras e ilhas completamente desconhecidas; havia terras habitadas mas

<sup>189</sup> GODINHO, V. M., O que significa descobrir?, in: NOVAES, A., *A descoberta do homem e do mundo*, 1998, p. 57.

<sup>190</sup> *Ibid.*, p. 56.

isoladas, conhecidas na Europa através de lendas; havia oceanos desconhecidos porque não tinham sido navegados ou registrados em mapas ou roteiros por europeus; havia grandes espaços de povoamento cujas relações com o exterior eram raras e cujas economias eram de recoleção ou de agricultura simples; havia espaços agro-pastoris, organizados em aldeias e já com certa relação com outras sociedades; e havia civilizações complexas, organizadas em Estados e em grandes cidades com relações intensas entre si e com o exterior.<sup>191</sup> Tudo foi aglomerado sob o signo do novo, tudo foi descoberto pelos olhos do europeu, o que evidencia a polissemia do termo *descobrimento*. Mas a contribuição que Godinho aponta como principal está na revelação das partes do mundo ao mundo inteiro, a abertura de vias de acesso e interligação entre os espaços, formando uma continuidade do espaço terrestre.<sup>192</sup> Segundo outro historiador, Bartolomé Bennassar, esse é o legado ímpar que as navegações expansionistas conferiram ao homem, já que antes dos descobrimentos “não podia existir uma visão global do mundo, pois este era estilhaçado”.<sup>193</sup> As navegações revelaram ao homem o mundo inteiro, uno, mas repleto de diversidades. Não era à toa que o conceito de humanidade começava a ser gerado.

De acordo com Hannah Arendt, dentre aqueles três eventos que marcaram o limiar da Era Moderna, a Reforma deve ter sido o que causou maior inquietação no homem; a invenção do telescópio deve ter passado quase despercebida, apesar de ter dado início a uma nova ciência. Mas a filósofa aponta que é provável que o evento de caráter mais *espetacular*, aquele que na época deve ter enchido os olhos do homem de maravilhamento e novidade, tenha sido a descoberta de novos continentes e oceanos.<sup>194</sup>

Os navegadores tinham o privilégio de maravilhar-se com as novas terras, porém a questão do público europeu a ter acesso a essas novidades é ainda de difícil esclarecimento. A receptividade, no Renascimento, das notícias sobre as descobertas recentes de novas terras e povos ainda não encontra um consenso entre historiadores. É certo que a maioria dos humanistas, que formavam uma parcela alfabetizada, mais culta e com maior acesso à informação, “estava

---

<sup>191</sup> As classificações são de Vitorino M. Godinho. Estão dispostas de maneira mais detalhada e acompanhadas de vários exemplos em seu texto *O que significa descobrir?*, *Ibid.*, p. 62.

<sup>192</sup> *Ibid.*, p. 82.

<sup>193</sup> BENNASSAR, B., *Dos mundos fechados à abertura do mundo*, in: NOVAES, A., *op. cit.*, 1998, p. 83.

absorvida pela redescoberta dos clássicos”; muitos, como “Copérnico, Kepler e Galileu, ignoravam o novo continente”.<sup>195</sup>

Mas, observando a dissertação de mestrado do historiador Luís Mees, já citada, vemos que é impossível que uma parcela da população do Velho Continente não tenha recebido com espanto e surpresa as novidades geográficas do globo, principalmente após o século XVI. O grande número de mapas, relatos, crônicas, diários, roteiros de viagem, que circulavam e muitas vezes eram editados em várias línguas, registram a memória daquelas viagens, o olhar maravilhado dos navegantes e exploradores, mas também provam a existência de um interesse por parte de um certo público europeu, a quem, mesmo em meio à sede de experiência que marcava a época, “só restava imaginar o descrito, quando muito com a ajuda de gravuras ilustrativas”, que tinham ficado mais disponíveis após a invenção da prensa de tipos móveis por Gutemberg, em 1450.<sup>196</sup> O grande número de edições, apontadas por Mees, comprovam o interesse da população por essas notícias, como *Mundus Novus*, carta atribuída a Américo Vespúcio, que entre 1503 e 1504 teve treze edições em latim; entre 1505 e 1506, dez edições em alemão; em 1508, foi publicada em holandês.<sup>197</sup>

Através de uma poesia eminentemente visual como é a de Sophia Andresen, principalmente através de um livro que se constrói em torno do olhar, como *Navegações*, o caráter de espetáculo dessas descobertas é remontado. Os mapas da época e o conjunto de escritos, hoje conhecidos como literatura de viagens, tornaram-se as fontes possíveis para, assim como um público europeu renascentista imaginava espaços distantes, também nós possamos hoje imaginar o olhar de tempos distantes. Até mesmo Sophia lançou seu olhar sobre a grande confluência de registros, para somá-los a seu próprio olhar de viajante.

Hannah Arendt afirma que um importante processo foi desencadeado a partir das descobertas e explorações expansionistas, fato que ela chama de *apequenamento do globo*, que se veio desenvolvendo vertiginosamente durante os séculos da Era Moderna, e ainda tinha continuidade no fim do século XX:

---

<sup>194</sup> ARENDT, H., op. cit., 2000, p. 262.

<sup>195</sup> MEES, L., *As representações do Novo Mundo na cartografia portuguesa do século XVI*, 2002, p. 28.

<sup>196</sup> Ibid., p. 29.

<sup>197</sup> Ibid., p. 53-54.

[...] em nosso mundo [...] cada homem é tanto habitante da Terra como habitante do seu país. Os homens vivem agora num todo global e contínuo, no qual a noção de distância [...] cedeu ante à furiosa arremetida da velocidade. [...] este processo de conquista [...] eliminou a importância da distância, pois nenhuma parcela significativa da vida humana – anos meses ou mesmo semanas – é agora necessária para que se atinja qualquer ponto da Terra.<sup>198</sup>

Esse pensamento, de certa maneira, converge com a visão dos historiadores aqui citados, que apontam a continuidade do espaço terrestre como herança mais significativa dos descobrimentos. O avizinhamo que Arendt aponta parece-lhe, no entanto, inesperado e alheio ao propósito daqueles navegadores, mas ela nos lembra que “Só agora, com o nosso conhecimento retrospectivo, podemos ver o óbvio: nada que possa ser medido pode permanecer imenso”.<sup>199</sup> O fato de todo homem habitar tanto o globo inteiro como seu país permite que entendamos melhor a opção de Sophia, que, ao tratar dos descobrimentos, cria um livro marcado pela universalidade, pelo emergir do mundo inteiro e uno, mas tendo como ponto de partida um assunto tão relevante à cultura portuguesa, como as navegações.

Ainda segundo a filósofa, o apequenamento global ter sido concluído com a invenção do aeroplano, “de ter o homem deixado inteiramente a superfície da Terra”, a partir do começo do século XX, comprova um longo e gradual processo de distanciamento do homem em relação ao planeta. Esse afastamento é o que lhe possibilita um melhor conhecimento terrestre, já que “Quanto maior a distância entre o homem e seu ambiente, o mundo ou a terra, mais ele pode observar e medir”.<sup>200</sup> O deixar o solo é fator integrante de um processo de *alienação do homem* em relação a seu planeta.<sup>201</sup> Parece-nos bem relevante o fato de ter sido justamente em um vôo que Sophia tenha começado a conceber seu livro de poemas chamado *Navegações*, a bordo daquele símbolo da velocidade, do apequenamento da Terra e da alienação do homem.

No discurso de 1984 em que narra momentos de seu vôo para Macau, Sophia relata sua imaginação acerca do maravilhamento dos primeiros homens europeus que cruzaram aquelas paragens [ver 6.2]. Sua tentativa de captar o espetáculo presenciado por aqueles primeiros navegadores é motivada

<sup>198</sup> ARENDT, H., op. cit., 2000, p. 262.

<sup>199</sup> Ibid.

<sup>200</sup> Ibid., p. 263.

inicialmente por sua própria viagem e seu próprio descobrir, quase tão maravilhado, mas em outra escala de distância e outro estágio de conhecimento – retrospectivo. O óbvio salta aos olhos, *Navegações* é o espetáculo dos descobrimentos recriado por um poeta que vivenciou ou reconheceu várias conseqüências desse espetáculo.

Gerd Bornheim – como podemos observar na epígrafe – confere ao turista e ao astronauta o estatuto de herdeiros atuais dos antigos navegadores. Pode-se dizer que, mesmo convidada a ir a Macau a trabalho, Sophia Andresen encontrava-se em uma condição de turista quando, rumo ao Oriente, começava a escrever os poemas de *Navegações*. Podemos identificá-la com aquele turista apontado pelo historiador como a pessoa que em sua viagem, na atualidade, reflete o interesse pelo novo que, a partir dos descobrimentos, foi instaurado no homem; esse viajante atual reflete o gosto pela novidade, pela diferença, pela experiência dos reversos, pela prática da alteridade como legados importantíssimos das navegações de exploração terrestre.

Acreditamos que Sophia, pelo menos nessa viagem a Macau, não pode ser classificada de acordo com o conceito de turista apresentado por Silviano Santiago. O ensaísta afirma que o turista europeu da atualidade viaja para a América para consumir o óbvio, para absorver, mesmo que aparentemente, todo um conjunto cultural criado pela indústria turística, moldado para seu consumo superficial e estereotipado.<sup>202</sup> Esse tipo de turista, segundo Santiago, já parte com o itinerário organizado, já instruído por publicações turísticas, e, sobretudo, confiado na superioridade crítica de seu próprio olhar, que, “quer impor um significado ao seu Outro no próprio campo do Outro”.<sup>203</sup>

Não é possível negar a existência de um enorme fluxo turístico com essas características. Mas é igualmente impossível ignorar a quantidade de viajantes mergulhados na novidade, no acaso, na surpresa da diferença, no gosto pela descoberta. Talvez o turista de Gerd Bornheim esteja mais próximo da idéia de viajante, como herdeiro do descobridor ou explorador, e o de Silviano Santiago da

<sup>201</sup> Esse conceito de *alienação do homem* é utilizado por Hannah Arendt para expor alguns aspectos da era moderna. Cf. ARENDT, H., op. cit., 2000, p. 260-69.

<sup>202</sup> SANTIAGO, S., Por que e para que viaja o europeu?, in: \_\_\_\_, *Nas malhas da letra*, 1989, p. 189-205.

<sup>203</sup> Ibid.

idéia de um turismo propriamente dito, ou seja, da negação da aventura, da novidade, da descoberta, do acaso.

Sophia Andresen está também mais próxima do turista viajante, tanto que sublinha a surpresa, o acaso e o gosto pelo novo que experimenta nessa viagem de 1977. A autora diz, em discurso: “Foi meu primeiro encontro com o Oriente”.<sup>204</sup> Da mesma maneira, declara no *Prelo*: “também na errância das navegações manuelinas se entrelaça a minha própria errância.”<sup>205</sup> Podemos dizer que o olhar de Sophia sobre a imensa beleza daquela paisagem, que já citamos, é fundamentalmente o do turista de Gerd Bornheim, embevecido por visitar um espaço distante e desconhecido. Podemos dizer que a herança desse turista, em relação aos navegadores expansionistas, reside em uma visão de fascínio pela alteridade, pelo novo visto em paisagens e civilizações; “suas andanças [...] nutrem-se da busca do novo, do original, do nunca visto; o que lhe interessa está normalmente naquilo que é diferente”.<sup>206</sup>

Sophia de Mello Breyner Andresen busca em *Navegações* captar esse olhar da apetência pelo novo, tanto que é impossível definir em sua *Navegação abstracta* quaisquer fronteiras absolutas entre a sua experiência autobiográfica, as intertextualidades com escritos diversos que contam a experiência de outros viajantes e a imaginação acerca dos próprios descobrimentos primeiros.

Em relação ao turista, podemos também observar que em torno deste é que Lisboa passou a encontrar seu papel de país europeu nas décadas seguintes à Revolução dos Cravos, tornando-se turística por seu passado moldado para seus olhares. O turista nutre-se em Lisboa do diferente que é preso a tempos passados. O turista representa hoje o movimento inverso daquelas ausências do emigrante, dos navegadores, exploradores ou exilados. Trata-se ali então de um tipo bem peculiar de herdeiro, o turista, geralmente europeu, que planeja sua viagem em torno do chamado *lazer cultural*, o turista de Silviano Santiago. Essa vocação turística acirrou-se apenas já após o momento de escrita das *Navegações*, mas não poderíamos excluí-la de nossa viagem.

Quanto aos astronautas, não precisamos ir muito longe para concluirmos que eles, e toda a conquista do espaço exterior à Terra, são possivelmente a maior

<sup>204</sup> ANDRESEN, S., op. cit., 1996, p. 7.

<sup>205</sup> Idem, op. cit., in: *Prelo*, 1983, p. 107.

<sup>206</sup> BORNHEIM, Gerd., A descoberta do homem e do mundo, in: NOVAES, A., *A descoberta do Homem e do mundo*, 1998, p. 39.

prova de que a alienação do homem em relação ao planeta não terminava apenas com a invenção do aeroplano; mesmo que o avião tenha representado um marco por permitir ao homem deixar o solo e observá-lo de um ponto privilegiado, seu vôo move-se ainda dentro – e é dependente – da atmosfera do planeta.

Sophia, que também viajava a um Oriente nunca visto por seus próprios olhos, optou por vislumbrar e sentir o *olhar primeiro* daquele momento, evocar e recriar o instante das grandes descobertas de um tempo passado. Com ela não ocorreu o mesmo que com a parte da população letrada do renascimento a quem só restava imaginar as terras e os povos recém-descobertos, recolher imagens de aparências exóticas, tomar conhecimento de civilizações distantes com hábitos e organização inteiramente diferentes. Sophia teve a experiência da viagem, viu Macau depois de seguir uma rota até lá, sentiu as descobertas em seu olhar de legítima herdeira dos descobridores, de turista. A autora narra em uma entrevista: “[...] o primeiro poema das *Navegações* [I, As ilhas] foi escrito a bordo. Depois escrevi alguns poemas em Macau. E foi a única vez que uma viagem de avião me deu a sensação de navegação...”<sup>207</sup> Entretanto, também não ocorreu com Sophia o mesmo que com os primeiros exploradores e navegantes, que “ali chegaram sem aviso prévio, sem mapas, ou relatos, ou desenhos ou fotografias que os prevenissem do que iam ver”<sup>208</sup>.

Na escrita de *Navegações* somou-se, inevitavelmente, a seu olhar de viajante, o olhar de leitora de textos e imagens que formaram em diferentes épocas, desde as primeiras viagens relatadas, e formam ainda hoje, as informações sobre um mundo em reconhecimento.

<sup>207</sup> COELHO, E. P., Sophia de Mello Breyner Andresen fala a Eduardo Prado Coelho, in: *ICALP Revista*, n.6, Ago./dez., 1986, Apud. site do Instituto Camões, 27/04/2001, p. 4.

<sup>208</sup> ANDRESEN, S., op. cit., 1996, p. 7.

## 2.2 SINGRADURA PERFEITA

Da marinhagem e singraduras do caminho não darei conta aqui a Vossa Alteza, porque o não saberei fazer, e os pilotos devem ter esse cuidado. Portanto, senhor, do que hei-de falar começo e digo: [...]

Carta de Pero Vaz de Caminha

Organizada por Jaime Cortesão, uma edição da célebre *Carta de Pero Vaz de Caminha*, escrita ao rei de Portugal, D. Manuel, como relato do *achamento* da então Terra de Vera Cruz, traz uma nota explicativa sobre o termo *singradura*. Expressão comum entre navegantes, foi difundida na náutica pelos portugueses e, segundo o organizador, apareceu pela primeira vez no Tratado de Tordesilhas, como “[...] legoas de singradura...”.<sup>209</sup> A anotação esclarece que se trata de uma “distância percorrida pelo navio durante vinte e quatro horas de navegação, do meio-dia ao meio-dia seguinte”.<sup>210</sup> São diferenciadas ainda *singradura perfeita*, quando a medição se refere à distância percorrida nesse período de vinte e quatro horas, e *singradura pequena*, quando medida em apenas algumas horas.<sup>211</sup> O *Dicionário cartográfico* não faz essa distinção e define a palavra como uma distância em milhas percorrida pela embarcação em vinte e quatro horas, contada a partir do meio-dia do dia anterior até ao do próprio dia.<sup>212</sup>

Ambos concordam em que esse termo técnico denota a medida de um trecho marítimo percorrido em uma navegação num intervalo de tempo dado. O leitor pode, então, perguntar-se o motivo da inclusão de tal título nesta parte do trabalho, quando pareceria mais correto incluí-lo nas “Medições”. O fato é que utilizamos aqui metaforicamente a expressão *singradura perfeita*. O que liga *singradura* ao tema do estudo que será exposto a seguir é a idéia do deslocamento, de avaliar e medir um itinerário percorrido; *perfeita*, por sua vez, pelo sentido de algo já realizado, relacionado inclusive ao aspecto gramatical de um “tempo

<sup>209</sup> CORTESÃO, J. (org.), *A Carta de Pero Vaz de Caminha*, 1967, p. 275.

<sup>210</sup> Ibid..

<sup>211</sup> Ibid.

<sup>212</sup> Cf. OLIVEIRA, C., *Dicionário cartográfico*, 1983, p. 614.

verbal que exprime ação ou estado já passado em relação a certa época”.<sup>213</sup> Nossa “Singradura perfeita” busca, por conseguinte, demonstrar em *Navegações* a presença da trajetória literária anterior, expressa nas intertextualidades que marcam os versos. Procuramos medir, na *Navegação Abstracta* de Sophia de Mello Breyner Andresen, alguns vestígios de muitas milhas marítimas anteriormente percorridas por outros escritores e artistas em suas obras ligadas às viagens.

A autora afirma, em seu discurso [ver 6.2] que abre a segunda edição de *Navegações*, que há nesses textos poéticos “um intrincado jogo de invocações e ecos”.<sup>214</sup> Sete notas explicativas nessa edição de 1996 esclarecem algumas das referências feitas nos versos das duas partes denominadas “As ilhas” e “Deriva”. Nove notas publicadas no *Prelo* em 1983 esclarecem com mais detalhe o encontro intertextual desde o primeiro poema de “As ilhas”. Se compararmos o discurso e as notas da segunda edição com as da revista literária, veremos que trazem informações bastante semelhantes: partem da experiência biográfica de Sophia, na sua viagem em que começou a compor os primeiros poemas, depois revelam algumas das ressonâncias de vozes do passado nos versos.

Nenhum dos esclarecimentos se refere ao poema “Lisboa”, colocado à parte pela autora, o que não diminui a importância de tal texto no conjunto, como já vimos. Sophia Andresen declara no *Prelo*: “[...] o segundo poema diz: “Navegação Abstracta [...]”.<sup>215</sup> Notemos que ela se refere aos poemas, na revista, numerando-os apenas a partir do início de “As ilhas”, já que este é o segundo poema dessa parte, mas o terceiro do livro. Dentre as notas publicadas no *Prelo*, este é apenas um dos trechos em que a autora considera “As ilhas” como a primeira parte do volume e “Deriva” como a segunda. Estando “Lisboa”, com seu sentido próprio, apartada da viagem textual que *Navegações* representa, parece-nos ludicamente tentador pensar que a “Singradura perfeita” de nossa viagem não será medida em um intervalo de tempo de vinte e quatro horas, mas procurada ao longo de vinte e quatro poemas. Algumas coincidências vêm a calhar.

<sup>213</sup> FERREIRA, A. B., *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa*, v. 3, 1973, p. 926-927.

<sup>214</sup> ANDRESEN, S., *Navegações*, 2. ed., 1996, p. 7.

<sup>215</sup> Id., Notas sobre *Navegações*, in: *Prelo*, out./dez. de 1983, p. 107.

O poema I de “As ilhas”, de acordo com a autora, “joga com ressonâncias camonianas”.<sup>216</sup> A nota da segunda edição explica que esse texto é uma invocação da “voz de Camões”<sup>217</sup>:

Navegámos para Oriente –  
A longa costa  
Era de um verde espesso e sonolento

Um verde imóvel sob o nenhum vento  
Até à branca praia cor de rosas  
Tocada pelas águas transparentes<sup>218</sup>

É possível identificar, nesse poema de Sophia, as tais *ressonâncias camonianas* como a presença de uma grande influência d’*Os Lusíadas*. Essa presença pode ser encontrada não apenas nesses versos citados, mas em muitos outros do conjunto de *Navegações*. Assim como nos textos poéticos da parte intitulada “As ilhas”, a viagem marítima rumo ao Oriente é uma ação central vivenciada pelos heróis da epopéia. Ainda no Canto I, podemos reconhecer certos traços que reaparecem no poema I de “As ilhas”:

[...] “Os Portugueses somos do Ocidente,  
Imos buscando as terras do Oriente.”

Do mar temos corrido e navegado  
Toda a parte do Antártico e Calisto,  
Toda a costa Africana rodeado,  
Diversos céus e terras temos visto.[...] <sup>219</sup>

Tais idéias de rodear a costa, de ver céus e terras diversos, de navegar em direção ao hemisfério oriental deixam-se entrever nos versos andresenianos de “As ilhas”, mas são ali remontados de maneira a colocar em foco e potencializar a beleza do encontro com os novos locais. Nesse trecho d’*Os Lusíadas*, no entanto, o que percebemos é a importância depositada no feito, na distância percorrida e, principalmente, no objetivo de alcançar o Oriente. Feito e objetivo, nos poemas de Sophia que aparecem reunidos como primeiro momento da viagem textual, tornam-se quase apagados frente às maravilhas das novas paisagens e às descobertas durante o caminho. A beleza do *novo* fica em primeiro plano.

<sup>216</sup> Ibid.

<sup>217</sup> ANDRESEN, S., op. cit., 1996, p. 40.

<sup>218</sup> Ibid., p. 13.

<sup>219</sup> CAMÕES, L., (I, 50-1), *Os Lusíadas*, 1987.

Encontramos verbos conjugados na primeira pessoa do plural, tanto nesse trecho do épico camoniano, como *somos, imos, e temos corrido*, por exemplo, quanto no poema I da autora, como *navegámos*. Camões, de fato, articula várias vozes em sua epopéia, através de diferentes narradores e de estruturas em diálogo. Os versos acima mencionados referem-se a um sujeito representante dos navegadores portugueses, os *fortes lusitanos*; em coletividade, estes apresentam-se ao povo da Ilha de Moçambique, como é exposto logo anteriormente pelo narrador principal antes de passar-lhe a palavra, ainda na estância 50: “Os fortes Lusitanos lhe tornavam, / As discretas *repostas* que convinham [...]”.<sup>220</sup>

Já o verbo *navegar* do poema andreseniano, conjugado também na primeira pessoa do plural, não aparece transferido a qualquer coletividade que possa encenar um diálogo, nem a qualquer personagem narrador. Sua presença no verso inclui inevitavelmente o sujeito poético em um conjunto plural; mais ainda, integra-o numa ação coletiva no pretérito perfeito.

Sophia Andresen, em suas “Notas sobre Navegações”, recorta outros trechos em que podemos encontrar o que ela define como *ressonâncias camonianas*.<sup>221</sup> O quarto verso do poema número III de “As ilhas” é um dos momentos que ela aponta como prova da intertextualidade com a obra do poeta:

À luz do aparecer a madrugada  
Iluminava o côncavo de ausentes  
Velas a demandar estas paragens

Aqui desceram as âncoras escuras  
Daqueles que vieram procurando  
O rosto real de todas as figuras [...] <sup>222</sup>

Mas não é apenas aí que a sua influência pode ser percebida nesse texto poético. Vale notar também a presença do decassílabo nos versos dos poemas I, III, IV, VI, de “As ilhas”, e I, V, VI, VIII, XI, de “Deriva”.

O segundo verso do poema I, já em “Deriva”, é outro exemplo igualmente destacado por Sophia, nas mesmas notas da revista *Prelo*. Também nesse caso a intertextualidade abrange outros versos do texto poético:

Deslizado silêncio sob alísios

<sup>220</sup> Ibid.

<sup>221</sup> Cf. ANDRESEN, S., op. cit., 1983, p. 107.

<sup>222</sup> Id., 1996, p. 15.

– As velas todas brandamente inchadas –  
 Brilho de escamas sobre os grandes mares  
 E a bombordo nas costas avistadas  
 Sob o clamor de extáticos luares  
 Um imóvel silêncio de palmares <sup>223</sup>

É possível reconhecer bastante semelhança entre esses trechos e vários momentos d’*Os Lusíadas*, como “Os ventos brandamente respiravam,/ Das naus as velas côncavas inchando; [...]”<sup>224</sup>, na estância dezenove do Canto I, na qual começa a ser narrada, já na costa oriental africana, a viagem da esquadra portuguesa. As imagens apresentadas pelos dois poetas são muito próximas, como a de um vento brando mas estável e a da concavidade das velas que incham para impulsionar o deslocamento das embarcações. Para remontar o tom dos versos camonianos, Sophia joga ainda com a utilização de termos muito recorrentes no épico, como o advérbio *brandamente*.

Também Fernando Pessoa fez anteriormente sua leitura de características, imagens e termos, constantes naquele épico. Nos versos que iniciam “Hora absurda”, por exemplo, podemos reconhecer o eco do texto camoniano: “O teu silêncio é uma nau com todas as velas pandas.../ Brandas, as brisas brincam nas flâmulas, teu sorriso...”.<sup>225</sup> É fato conhecido que muitos outros autores também tiveram os versos de Camões como referências para os seus próprios textos.

Notemos que no poema III de “As ilhas”, o sujeito não mais se encontra incluído na ação dos navegantes, apenas o espaço que ele observa parece ter-se mantido, o que fica expresso no verso “Aqui desceram as âncoras escuras”. O côncavo iluminado pela madrugada agora é de *velas ausentes*, e naquele local desceram as âncoras *daqueles* navegadores, como vemos, colocados a certa distância, no caso, de um tempo remoto. Vale pensar que o título do conjunto, *Navegações*, é plural; refere-se, não a uma viagem, mas a várias, vistas de várias posições, por diferentes sujeitos, ao longo dos poemas. Talvez por isto encontremos as ações verbais expressas por diferentes pessoas gramaticais ao longo do conjunto, como na primeira pessoal do singular em *vi, cumpri, descobri*, e na do plural em *navegámos, atravessámos, vimos*, ou ainda na terceira pessoa do plural em *navegavam, banharam*, e na do singular, *dobrou, viu*.

<sup>223</sup> Ibid., p. 23.

<sup>224</sup> CAMÕES, L., (I, 19), op. cit., 1987.

<sup>225</sup> PESSOA, F., *Ficções do interlúdio*, 1999, p. 25.

Um detalhe importante recriado por Sophia Andresen diz respeito à presença de verbos no gerúndio. Tais construções verbais ainda eram de uso muito comum no português europeu à época d’*Os Lusíadas*, e apresentam-se por todo esse épico. Mesmo sendo uma forma há muito quase em desuso em Portugal, ou de uso bem restrito, os gerúndios estão presentes em diversos momentos de *Navegações*. Podemos observá-los no poema III de “As Ilhas”, em “Daqueles que vieram procurando”<sup>226</sup>; no número VIII de “Deriva”, em “Vi homens nus bailando nos areais”, e também no verso “E assim contando tudo quanto vi” do mesmo poema<sup>227</sup>; ainda no X, na última parte do conjunto, em “O sopro como estátuas suspendendo”<sup>228</sup>. No poema XII, há, sobretudo, uma repetição de “Cupidez roendo”, que inicia os dois únicos versos que o compõem<sup>229</sup>.

Algumas oitavas seguintes no poema épico encontramos mais versos com imagens semelhantes às remontadas por Sophia:

Tão brandamente os ventos os levavam,  
 Como quem o Céu tinha por amigo;  
 Sereno o ar e os tempos se mostravam  
 Sem nuvens, sem receio de perigo.  
 O promontório Prasso já passavam,  
 Na costa de Etiópia, nome antigo,  
 Quando o mar, descobrindo, *lhe* mostrava  
 Novas ilhas, que em torno cerca e lava.<sup>230</sup>

Esse surgir de novas ilhas remete-nos a uma imagem constantemente retomada na parte de *Navegações* denominada “As ilhas”, como já mencionamos, o emergir de ilhas e costas, antes desconhecidas aos olhos dos navegadores, o próprio formato terrestre a descobrir-se. A terceira estrofe do primeiro texto poético de “As ilhas” traz esse momento de descobrimento:

Então surgiram as ilhas luminosas  
 De um azul tão puro e tão violento  
 Que excedia o fulgor do firmamento  
 Navegado por garças milagrosas<sup>231</sup>

<sup>226</sup> ANDRESEN, S., op. cit., 1996, p. 15.

<sup>227</sup> Ibid., p. 30.

<sup>228</sup> Ibid., p. 32.

<sup>229</sup> Ibid., p. 34.

<sup>230</sup> CAMÕES, L., (I, 43), op. cit., 1987.

<sup>231</sup> ANDRESEN, S., op. cit., p. 13.

Esse trecho deixa transparecer ainda a relação autobiográfica da autora com os versos do conjunto, como já expusemos.

Acredita-se que Camões também tenha mesclado aos relatos e crônicas dos quais se utilizara para criar *Os Lusíadas* sua própria experiência de viagem, como é perceptível no verso em que Vasco da Gama narra ao rei de Melinde um momento da navegação pelo Atlântico: “Passámos a grande Ilha da Madeira”.<sup>232</sup> De acordo com Emanuel P. Ramos, alguns autores, ao analisar o épico, apontam o fato de que a esquadra liderada pelo capitão português, em sua busca por uma rota para o Oriente, não passou por tal ilha, mas sim o próprio Luís de Camões, quando se dirigia à Índia.<sup>233</sup>

Torna-se claro, então, um reflexo bem mais profundo do texto camoniano em *Navegações*, relacionado à própria construção dos poemas, já que ambos os poetas parecem ter escrito seus versos com base em outros textos mas também em suas próprias experiências vividas.

Isto leva-nos a perguntar qual o sujeito por trás daquela ação expressa pelo verbo *navegámos*, do poema I, em “As ilhas”. Quem navegou? Sophia e seus companheiros de vôo, na viagem biográfica da autora? Sophia e Camões? Ambos e os navegadores expansionistas sobre os quais eles escreveram? Todos aqueles que, como Sophia e Camões, também fizeram de sua própria viagem motivo de criação literária? É igualmente possível que a presença de tal verbo no plural seja apenas mais uma maneira de jogar com referências camonianas, recriando o tom de alguns de seus versos, como fazem os gerúndios. Por ora todas as hipóteses acima são aceitáveis, ainda mais se considerarmos a pluralidade das *Navegações*.

Não cabe aqui levantarmos uma questão sobre a própria natureza autobiográfica de toda a literatura, ou do caráter ficcional de todo relato autobiográfico; cabe apenas pensarmos os traços que unem as duas escritas, de Luís de Camões e de Sophia Andresen, com tantos séculos a separá-las. A experiência vivida de viagem somada à viagem textual, esta, por sua vez, construída através da influência de outros textos também ligados a viagens, constitui um aspecto em comum bem relevante nesse entendimento, principalmente se considerarmos a declarada influência daquele autor do século XVI sobre os poemas dessa autora do século XX.

<sup>232</sup> CAMÕES, L., (V, 5), op. cit., 1987.

<sup>233</sup> RAMOS, E. P., Anotações, in: CAMÕES, L., op. cit., 1987, p. 466.

É fato conhecido que foram muitas as chamadas *fontes* de que o poeta se utilizou para escrever *Os Lusíadas*. Luís de Albuquerque lembra-nos que vários camonistas já buscaram comprová-las e demonstrá-las. O conhecimento astronômico encontrado no poema, por exemplo, indica que o escritor conhecia o sistema de Ptolomeu, o qual pode ter seguido “através de qualquer obra que o apresentava de forma actualizada; muito provavelmente [...] *Theoricæ Novæ Planetarum*, de Jorge Purbáquio [...]”.<sup>234</sup> Já a descrição da África Ocidental liga o épico às concepções geográficas do historiador João de Barros.<sup>235</sup>

O ensaísta aponta o fato de que o autor d’*Os Lusíadas* provavelmente guiou-se em muito pelo *Roteiro da viagem de Vasco da Gama*, atribuído a Álvaro Velho, e pela *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*, de Fernão Lopes de Castanheda. Tais influências podem ser observadas no poema camoniano, principalmente no trecho em que é narrada a viagem pela África oriental, de Moçambique a Melinde, e nas descrições da chegada à Índia, incluindo as reações e os fatos ocorridos durante os primeiros contatos entre indianos e portugueses, assim como a recriação de personagens, como Monçaide.<sup>236</sup> De acordo com Albuquerque, “Luís de Camões, sempre que no Poema tinha de tratar casos experimentais ou objectivamente incontroversos, jamais desprezava a leitura do texto ou dos textos que os referiam ou descreviam, e isso até quando lhe fora dado observá-los pessoalmente.”<sup>237</sup>

Alguns erros, entretanto, ainda presentes naqueles escritos anteriores, já apareciam corrigidos na epopéia, seja por experiência e contato do próprio poeta com a Índia, seja pela atualização através de outros textos posteriores.

Na época, a utilização de informações apresentadas por outros autores era comum na literatura ligada aos descobrimentos. Mary Campbell expõe essas intrincadas relações:

O viajante escrevia sua experiência. O historiador as lia todas e produzia uma compreensiva *Historia General de las Indias* em seu estudo. O cosmógrafo as lia todas e produzia *A Brief Description of the Whole World* em seu estudo. O cartógrafo recolhia cartas náuticas e esboços junto a pilotos e capitães e produzia o

<sup>234</sup> ALBUQUERQUE, Luís de, Sobre alguns textos que Camões consultou para escrever *Os Lusíadas*, in: \_\_\_\_, *As navegações e a sua projeção na ciência e na cultura*, 1987, p. 102.

<sup>235</sup> Ibid.

<sup>236</sup> Ibid., p. 101-114.

<sup>237</sup> ALBUQUERQUE, L., op. cit., 1987, p. 102.

*Orbis Theatrum*. O humanista do Estado e o poeta exaltado produziam a *Utopia* e “De Guiana, carmen epicum”, o *New Atlantis*, e *De Navigatione*.<sup>238</sup>

Fica visível uma espécie de rede de influências, mais ou menos hierarquizadas, entre as diversas obras da Renascença a documentar as descobertas e os novos conhecimentos que estas trouxeram ao homem. Na cadeia de leituras, podemos dizer que *Os Lusíadas* se encontram bem no final, já que se utilizam de quase todos os tipos de fontes em sua composição. Ocupa seu posto de *poema épico* escrito pelo *poeta e humanista*, profundo conhecedor de textos e imagens que testemunhavam as novidades da expansão. Luís Filipe Barreto, ao mencionar a grande extensão do poema, equipara-o somente à *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto. Ambos os escritores, por sinal, aliam um grande repertório de leituras à experiência biográfica da viagem: “[...] são sobre o Portugal asiático; formam enciclopédias e intertextualidades da imensa parede de livros, manuscritos e impressos sobre os portugueses na Ásia e os autores são portugueses com intensa vivência asiática de mais de uma década.”<sup>239</sup>

A imagem de uma *parede* de escritos, mencionada pelo historiador, reflete a grande quantidade de textos que passaram a formar na Europa, a partir da época renascentista, um inventário sobre novas localidades e civilizações recém-descobertas. São textos que se integram ainda a um conjunto mais amplo, que vai muito além do período dos descobrimentos, e que é chamado de *literatura de viagens*. Suas definições e fronteiras ainda são muito controversas. De acordo com Fernando Cristóvão, trata-se de um subgênero literário que se desenvolveu a partir do século XV, com produção até o final dos novecentos, “cujos textos, de caráter compósito, entrecruzam Literatura com História e Antropologia, indo buscar à viagem real ou imaginária (por mar, terra ou ar) temas, motivos e formas.”<sup>240</sup>

Esse vasto subgênero pode utilizar principalmente a temática do deslocamento, representada pela própria viagem, mas pode também tratar de

<sup>238</sup> *The traveler wrote up his experience. The istoriador read them all and produced a comprehensive Historia general de las Indias in his study. The cosmographer read them all and produced A Brief Description of the Whole World in his study. The carthographer gathered charts and sketches from pilots and gentlemensailors and produced the Orbis Theatrum. The humanist statesman and the excited poet produced the Utopia and ‘De Guiana, carmen epicum,’ the New Atlantis, and De Navigatione. [T.A.] CAMPBELL, M. The witness and the other world, 1988, p. 220.*

<sup>239</sup> BARRETO, L. F., O orientalismo conquista Portugal, in: NOVAES, A. *A descoberta do homem e do mundo*, 1998, p. 284.

descrições de “[...]terra, fauna, flora, minerais, usos, costumes, crenças e forma de organização de povos, comércio, organização militar, ciências e artes, bem como seus enquadramentos antropológicos, históricos e sociais [...]”, ou seja, de toda uma série de observações possibilitadas pela viagem e, principalmente, construídas sob a ótica de uma mentalidade renascentista, moderna e cristã.<sup>241</sup>

Por sua enorme capacidade de observar, recolher, reunir e descrever, esse tipo de escrito tornou-se, na época das navegações ultramarinas, um importante testemunho, mantendo até hoje um grande valor documental, além, é claro, do valor literário, mesmo que este tenha sido muitas vezes questionado ao longo do tempo, por diversos autores através de critérios insuficientes.<sup>242</sup>

O professor Luís de Albuquerque aponta graus documentais diferentes, de credibilidade e função, nos diferentes tipos de textos produzidos na época dos descobrimentos e exploração da Terra. A crônica é considerada uma literatura mais *suspeita* – segundo termo do autor – já que podia ser retocada e corrigida pelo cronista para transmitir aos leitores o que era mais conveniente, de forma a “ocultar todas as indicações de factos menos exemplares”.<sup>243</sup> Os roteiros apresentam-se como herança bastante significativa do período. Com suas minuciosas descrições das costas, feitas em caráter técnico, estes dão conta do gradual conhecimento terrestre.<sup>244</sup> Os diários de viagens, principalmente das primeiras feitas ao Novo Mundo, como o da expedição de Colombo, registram “as primeiras impressões dos navegadores acerca dos povos até então absolutamente desconhecidos”,<sup>245</sup> testemunham o primeiro olhar sobre novidades inimagináveis. As cartas dos viajantes, segundo Albuquerque, apresentam um grau documental de enorme relevância, já que registram a visão de um observador sobre uma realidade inteiramente nova com a qual entrava em contato.<sup>246</sup> A carta atribuída a Vespúcio, ou a de Mestre João e a de Caminha, são alguns exemplos desse tipo de

<sup>240</sup> CRISTÓVÃO, F., Para uma teoria da literatura de viagens, in: \_\_\_\_ (coord.), *Condicionantes culturais da literatura de viagens*, 2002, p. 35.

<sup>241</sup> Ibid.

<sup>242</sup> Basta observar a exaustiva lista, reunida por F. Cristóvão, de estudiosos e dos critérios inconsistentes de valoração utilizados por eles para julgar ou diminuir a legitimidade da literatura de viagens. O ensaísta aponta ainda o caráter efêmero e subjetivo de tais julgamentos, já que a própria literatura é sujeita a mudanças de interpretação, seguindo a cultura e a sociedade, e apresenta-se polimórfica e polissêmica. Cf. Ibid., p. 15-24.

<sup>243</sup> ALBUQUERQUE, L., A. A descoberta do mundo pelos ibéricos, in: \_\_\_\_, op. cit., 1987, p. 18.

<sup>244</sup> Ibid.

<sup>245</sup> Ibid., p. 19.

<sup>246</sup> Ibid.

testemunho que eterniza o primeiro contato com novas paisagens, populações, fauna e flora. Esses momentos de encontro, de um olhar de descoberta, Sophia busca captar em *Navegações*, como já mencionamos.

As cartas geográficas e náuticas são outros documentos importantes apontados por Albuquerque, já que, além de refletirem o conhecimento gradual dos mares e do desenho dos continentes, trazem informações variadas, imagens, legendas.<sup>247</sup> O planisfério anônimo português, chamado *de Cantino*, de 1502, que é produto de uma espionagem a burlar a política de sigilo portuguesa, é célebre prova de uma nova geografia terrestre que começava a se formar. É considerado o primeiro registro cartográfico do Brasil, trazendo o desenho ainda incompleto e incorreto, da costa brasileira, que começaria, a partir de então, a se delinear na cartografia.

O fato é que tais textos e mapas formam um grande conjunto de documentos a registrar gradualmente as descobertas ultramarinas, sempre escritos ou confeccionados de acordo com a mentalidade européia dominante na época. Vale ressaltar, mais uma vez, que esses testemunhos dos descobrimentos trazem uma visão renascentista e cristã sobre a realidade narrada ou descrita.

Os textos que integram a literatura de viagens, lembra-nos Fernando Cristóvão, são tipicamente europeus, o que os diferencia de outros ciclos literários de viagens que foram produzidos por outros povos e continentes, e sob outros motivos e aspectos formais.<sup>248</sup> Além disso, tal subgênero não deve ser confundido com a presença da viagem na literatura, que ocorre desde a Antiguidade. Mesmo que esteja integrado em sua “continuidade histórica e civilizacional”, assume idéias, conceitos, visões da história e do espaço geográfico bem diversos dos escritos antigos.<sup>249</sup>

O início da época expansionista, o século XV, é demarcado como data aceitável para o início dessa produção, impulsionada a chegar a sua plenitude por conta dos valores que passaram a vigorar no Renascimento e no limiar da Idade Moderna, mas também pela “corrente cultural inaugurada pela descoberta da imprensa”.<sup>250</sup> Foram então recuperados e publicados diversos escritos anteriores que perfeitamente se integravam a tal conjunto. Assim ocorreu com *O livro de*

---

<sup>247</sup> Ibid., p. 20.

<sup>248</sup> Cf. CRISTÓVÃO, F., op. cit., 2002, p. 36.

<sup>249</sup> Ibid., p. 36.

<sup>250</sup> Ibid., p. 24.

*Marco Polo*, do século XIII, que foi publicado junto a dois outros relatos sobre o Oriente, também anteriores à chegada de Gama à Índia, na primeira coleção europeia de viagens, impressa em Portugal: “o *Marco Paulo* de Valentim Fernandes (1502)”.<sup>251</sup> Acredita-se que esses relatos incentivaram Cristóvão Colombo em sua primeira viagem marítima para o oeste, no Atlântico.

De acordo com Luís Alexandre Mees, os escritos de Marco Polo estão ainda muito presos a alguns mitos e lendas medievais, apesar de desconstruir outros. Tal influência medieval os aproxima em parte dos escritos clericais que guiavam a relíquias e lugares santos. Esse autor viajante tenta localizar principalmente o túmulo de São Tomé e o reino de Preste João.<sup>252</sup>

Como já vimos, muitas histórias lendárias medievais impulsionaram o início da exploração terrestre e sobreviveram durante parte da Idade Moderna, reaparecendo em narrativas e descrições do Novo Mundo. Um exemplo dos mais célebres é esse lendário reino cristão de Preste João. A tentativa de localizá-lo foi quase uma obsessão entre os governantes portugueses, e seus navegadores e exploradores da expansão. Sua busca teve reflexos em grande parte da literatura e da cartografia que registrou os descobrimentos, e, provavelmente por isto, torna-se uma referência importante também no conjunto de poemas de Sophia. A autora cita o mito no número VIII de “Deriva”:

[...] Vi o frescor das coisas naturais  
Só do Preste João não vi sinais

As ordens que levava não cumpri  
E assim contando tudo quanto vi  
Não sei se tudo errei ou descobri<sup>253</sup>

Tal lenda tem provável e aproximado início no século XIII, no período das cruzadas, quando foi difundida por uma carta ao imperador de Bizâncio, em que um soberano descrevia seu reino cristão, de riquezas e natureza impressionantes. De acordo com Luís Mees, o reino mítico passou a ser localizado depois na Abissínia, norte da África, para onde D. João II, em busca de uma aliança contra

<sup>251</sup> Ibid. Nota 26, p. 25.

<sup>252</sup> MEES, L., *As representações do Novo Mundo na cartografia portuguesa do século XVI*, 2002, p. 11.

<sup>253</sup> ANDRESEN, S., op. cit., 1996, p. 30.

os mouros, enviou quase quatro séculos depois os exploradores Afonso Paiva e Pero de Covilhã.<sup>254</sup>

*O livro das maravilhas*, de Marco Polo, já apresentava passagens sobre o soberano Preste João, narrando, inclusive, sua derrota por Gengis Cã, na planície de Tangut.<sup>255</sup> Também no chamado *Roteiro da viagem de Vasco da Gama*, ou *Diário*, de Álvaro Velho, há exemplo da procura desse rei-sacerdote, como podemos observar em um trecho que narra a passagem pelo porto na Ilha de Moçambique: “Mais nos disseram que Prestes Joham estava dali perto e que tinha muitas cidades ao longo do mar e que os moradores dellas eram grandes naos mas que Preste Joham estava muito dentro pelo sertão e que não podiam lá ir senão em camelos, os quaes mouros traziam aquy huys dous xristãos Imdeos cativos, [...]”<sup>256</sup>

Esse *Roteiro* é, inclusive, testemunho da grande obsessão por encontrar cristãos em outros continentes. Seu autor declara encontrar populações cristãs em diversas localidades da África pelas quais passava a armada de Gama, e também na Ásia. Comete célebres equívocos, como, na cidade de Calecute, identificar como uma igreja de Cristo um templo que hoje se acredita ser dedicado à deusa Kali.<sup>257</sup> “E outros muitos santos estavam pintados pelas paredes da Igreja os quaes tinham diademoas, e a sua pintura hera em diversa maneira porque os dentes eram tam grandes que sayam da boca hũa polegada, e cada santo tinha quatro e çinco braços, [...]”<sup>258</sup>

Na *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*, Castanheda narra a dúvida em que os próprios integrantes da armada de Gama, e até o próprio capitão, ficaram durante a visita a esse templo, que não sabiam se era cristão ou não; estranharam as estátuas, mas ajoelharam-se diante de uma das imagens, acreditando tratar-se de Santa Maria.<sup>259</sup>

Luís de Albuquerque lembra-nos que encontrar aliados cristãos na África era um dos três prováveis objetivos principais das navegações portuguesas pela

<sup>254</sup> Cf. MEES, L., op. cit., 2002, p. 17.

<sup>255</sup> Cf. POLO, M., *O livro das maravilhas: a descrição do mundo*, 1996, p. 92-96.

<sup>256</sup> VELHO, A., O diário de Álvaro Velho: versão original, in: \_\_\_\_, *O descobrimento das Índias*, 1998, p. 169.

<sup>257</sup> Esclarecimento este trazido por Eduardo Bueno. Também são descritas, no mesmo templo, estátuas que o historiador acredita representarem Shiva e outras divindades hindus. Cf. Notas explicativas, *Ibid.*, 1998, p. 154.

<sup>258</sup> VELHO, A., op. cit., in: *Ibid.*, p. 176.

costa ocidental daquele continente no século XV, ao lado de alcançar a rota do ouro e de adquirir escravos.<sup>260</sup> Ao passo que não encontravam tais reinos, estabeleciam feitorias e comércio pelo litoral, como em Arguim e Mina.

Além de estar presente no livro de Marco Polo e no *Roteiro* de Álvaro Velho, o mito tem reflexos em vários outros textos, como nas crônicas de Azurara e em muitos mapas que tentavam localizá-lo. Tal objetivo impossível configurou-se uma profunda decepção aos governantes de Portugal. Segundo Albuquerque, entre 1510 e 1520, já com dez anos de ocupação na Índia, os portugueses ainda descobriam e exploravam terras do Oriente, e preparavam uma, posteriormente fracassada, embaixada para encontrar o reino de Preste João.<sup>261</sup>

O fracasso aparente, que não impediu, no entanto, o descobrimento, aos olhos europeus, da geografia completa da Terra, é utilizado por Sophia Andresen no poema em que cita o rei-sacerdote. O último verso oscila entre considerar todo o processo das navegações como uma desilusão ou como uma série de grandes feitos: “Não sei se tudo errei ou descobri”. O verbo *errar*, que também era muito utilizado por Camões, inclusive na sua lírica, apresenta atualmente uma ambigüidade entre os sentidos de *vagar* e de *cometer um equívoco*, o que contribui ainda mais para o questionamento presente nesses versos, incluindo um possível sentido de acaso às descobertas.

Vimos que no seu discurso [ver 6.2] com que abre a segunda edição, Sophia de Mello Breyner Andresen se refere ao “jogo de invocações e ecos” presente nos poemas do volume. Mas, em relação à intertextualidade com a literatura que testemunhou os descobrimentos, ela destaca apenas referências ao épico camoniano e à *Carta de Pero Vaz de Caminha*. A autora ressalta, nas notas publicadas no *Prelo*, a ressonância dessa carta no primeiro verso do poema VII, em “Deriva”. Mais uma vez, o encontro intertextual abrange mais do que o trecho destacado por Sophia, e podemos depreendê-lo, pelo menos, na primeira estrofe inteira e em parte da segunda:

Outros dirão senhor as singaduras  
Eu voz direi a praia onde luzia  
A primitiva manhã da criação

<sup>259</sup> Cf. CASTANHEDA, F., *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*, 1976, v. I, p. 46-47.

<sup>260</sup> ALBUQUERQUE, L., op. cit., 1987, p. 11.

<sup>261</sup> Ibid., p. 18.

Eu vos direi a nudez recém-criada  
 A esquiva doçura a leve rapidez  
 De homens ainda cor de barro [...] <sup>262</sup>

É bem visível no primeiro verso a referência ao trecho da *Carta de Caminha* utilizado como epígrafe nesta parte deste estudo: “Da marinhagem e singraduras do caminho não darei conta aqui a Vossa Alteza [...]”<sup>263</sup> O escrivão inicia, inclusive, o documento com o vocativo “Senhor”,<sup>264</sup> que utiliza mais algumas vezes, o mesmo utilizado pela autora.

Nesse poema, outros momentos desse texto podem ser também reconhecidos, como “[...] Dali avistámos homens que andavam pela praia, obra de sete ou oito [...]”<sup>265</sup>, e outros pontos mais em que os nativos são avistados, observados e descritos. Um pouco adiante, Caminha relata a chegada de um dos capitães à praia e o encontro deste com esses índios Tupiniquim<sup>266</sup>:

E o capitão-mor mandou em terra no batel a Nicolau Coelho para ver aquele rio. E tanto que ele começou a ir para lá, acudiram pela praia homens, quando aos dois, quando aos três, de maneira que, ao chegar o batel chegou à boca do rio, já ali havia dezoito ou vinte homens.  
 Eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Nas mãos traziam arcos com suas setas.<sup>267</sup>

Também nesse trecho podemos reconhecer imagens recriadas por Sophia Andresen, como da *praia primitiva, de nudez recém-criada, dos homens cor de barro*. Aos olhos de muitos europeus, que tinham acesso às novidades encontradas pelos navegadores somente pelos escritos e imagens, muitas dessas notícias eram inimagináveis, quase *recém-criadas* pela literatura.

Nos esclarecimentos ao fim da edição de 1996, a autora destaca o poema V de “Deriva” como “uma glosa livre da Carta de Pero Vaz de Caminha”<sup>268</sup>:

<sup>262</sup> ANDRESEN, S., op. cit., 1996, p. 29.

<sup>263</sup> Transcrição de Jaime Cortesão, utilizada em todo este trabalho. CORTESÃO, J. (org.), op. cit., 1967, p. 221.

<sup>264</sup> Ibid.

<sup>265</sup> CORTESÃO, J., op. cit., 1967, p. 223.

<sup>266</sup> Segundo uma nota referente à *Carta de Caminha*, presente em uma coletânea, os Tupiniquim “habitavam a região daquelas costas e foram os primeiros nativos encontrados pela expedição de Cabral”. Nota 48, Documento 06, in: AMADO, J; FIGUEIREDO, L., *Brasil 1500*; quarenta documentos, 2001, p. 78.

<sup>267</sup> CORTESÃO, J., op. cit., 1967, p. 223-224.

<sup>268</sup> ANDRESEN, S., op. cit., 1996, p. 40.

Dos homens nus e negros contarei  
 E de como não havendo já conosco  
 Quem de seu falar algo entendesse  
 Juntos dançámos p'ra nos entendermos<sup>269</sup>

A autora sintetiza no poema alguns trechos da *Carta* que dizem respeito à comunicação entre índios e portugueses. São muitas as tentativas de entendimento narradas no documento, mas muitas resultam em interpretações subjetivas e equivocadas. O escrivão atribui a incomunicabilidade à condição bárbara e pouco civilizada dos nativos: “Ali por então não houve mais fala nem entendimento com eles, por a berberia deles ser tamanha que se não entendia nem ouvia ninguém.”<sup>270</sup>

Um dos momentos em que índios e um integrante da esquadra dançam juntos, conforme a imagem trazida no poema de Sophia, é narrado por Caminha mais adiante no texto:

Além do rio, andavam muitos deles, dançando e folgando, uns diante dos outros, sem se tomarem pelas mãos. E faziam-no bem. Passou-se então além do rio Diogo Dias, almoxarife que foi de Sacavém, que é homem gracioso e de prazer; e levou consigo um gaiteiro nosso com sua gaita. E meteu-se com eles a dançar, tomando-os pelas mãos; e eles folgavam e riam, [...].<sup>271</sup>

Nessa passagem da carta, a dança e a diversão marcaram um instante de bastante integração entre indígenas e portugueses, todavia, ao contrário do entendimento anunciado nos versos andresenianos, esse entendimento pela dança não impediu que os índios retomassem logo depois sua posição esquiva e de espreita no alto de um monte.

Mais adiante, o escrivão relata outro momento de encontro e dança, porém, dessa vez, os nativos já se apresentam mais abertos ao entendimento com os portugueses:

Neste dia, enquanto ali andaram, dançaram e bailaram sempre com os nossos, ao som dum tamboril dos nossos, em maneira que são muito mais nossos amigos que nós seus.

Se lhes homem acenava se queriam vir às naus, faziam-se logo prestes para isso, em tal maneira que se a gente todos quisera convidar, vieram.<sup>272</sup>

<sup>269</sup> Ibid., p. 27.

<sup>270</sup> COSTESÃO, J., op. cit., 1967, p. 231.

<sup>271</sup> Ibid., p. 240.

<sup>272</sup> Ibid., p. 251.

Nesse ponto, convergem o poema de Sophia e o texto de Caminha.

O *Carta de Caminha* é um dos três principais testemunhos da viagem de Cabral conhecidos em nosso tempo. Escritos por integrantes da esquadra, os três relatam a viagem e a descoberta oficial do Brasil. Os outros dois documentos são a *Carta de Mestre João* e a *Relação do Piloto Anônimo*, tendo sido este último o único a ser publicado durante a vida de Cabral, na Itália, em 1507, na coletânea *Mondo Novo e Paesi Novamente Ritrovati da Alberico Vespuzio Fiorentino*<sup>273</sup>, organizada por Fracanzano Montalbodo. A de Mestre João e a de Caminha só foram publicadas no começo do século XIX, no Rio de Janeiro. Dessa forma, a única que pôde influenciar textos de cronistas e humanistas da época foi a *Relação*, com descrições um pouco mais vagas e superficiais.

Podemos perceber que no documento do escrivão também se encontram muitos verbos no gerúndio, assim como em outros textos da época. Notemos que Sophia Andresen foi muito feliz na escolha desse aspecto lingüístico para recriar o tom de toda essa série de escritos que registravam as descobertas.

A *Carta de Caminha* pode ser considerada, de acordo com Luís de Albuquerque, um relatório, porém se destina somente ao rei português, sempre referido nos vocativos, ao contrário dos relatórios que eram dirigidos ao público em geral, como o *Summa*, de Tomé Pires, que viajou à Índia na função de perito em farmácia e preparou a obra antes de partir para a China.<sup>274</sup> Escrito na segunda década dos quinhentos, provavelmente até 1513, descreve todas as cidades do Oriente com certa importância comercial, assim como seus habitantes, costumes, língua e religião, entre outros assuntos observados por seu autor.<sup>275</sup> Esse relatório, embora só editado em 1944, circulou em manuscritos já no século XVI, informando os leitores e sendo uma importante referência a outros textos.

Mas, voltando às especificidades da *Carta de Caminha*, vemos que se destaca por uma capacidade de observação extraordinária. O autor declara ao rei tal propósito no início da correspondência: “[...] não porei aqui mais do que aquilo que vi e me pareceu.”<sup>276</sup> Nesta são ausentes referências ao imaginário fantástico, tão recorrentes em muitos tipos de escritos e em mapas da época. A objetividade só é quebrada em alguns pontos, como em algumas interpretações subjetivas que o

<sup>273</sup> Cf. MEES, L., op. cit., 2002.

<sup>274</sup> ALBUQUERQUE, L., op. cit., 1987, p. 21.

<sup>275</sup> Ibid.

<sup>276</sup> CORTESÃO, J. (org.), op. cit., 1967, p. 221.

escrivão faz de reações e gestos dos nativos, enxergando possibilidade de obtenção de ouro e da conversão religiosa de índios em passagens nas quais nada de concreto pode comprovar seus vislumbres.

Ao fim da carta ele volta ao assunto do ouro, mas com palavras um pouco mais isentas: “Nela [na nova terra], até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro”.<sup>277</sup> Notemos que, mesmo com a busca de uma objetividade, prezada por Caminha, as observações não deixam de ser moldadas de acordo com a mentalidade européia cristã e ainda renascentista, comum àquele tipo de literatura. Além disso, é bem possível que algumas das passagens sejam convenientemente narradas de forma a servir de incentivo a novas expedições ou impressionar o soberano português, conferindo importância à viagem e à descoberta realizadas.

Mas, apesar de algumas conclusões errôneas, ou até mesmo possivelmente tendenciosas, a *Carta de Caminha* traz, sobretudo, uma capacidade de observação que chega à minúcia, expressa nas descrições dos indígenas, de seus rostos, de seus corpos descobertos, pintados e enfeitados, de sua limpeza e formosura, de seus hábitos coletivos, de suas diversas reações frente ao europeu. O escrivão já deixa transparecer uma concepção sobre aqueles nativos que viria a se tornar comum na mentalidade da época, de uma população ainda sem maldade ou pecados. Na carta, a imagem dos índios remete ao próprio mito bíblico genesíaco. Caminha relata ao rei: “Assim, Senhor, a inocência desta gente é tal, que a de Adão não seria maior, quanto a vergonha”.<sup>278</sup> Por dedução, as características da terra em que habitam só podem ser muito próxima às de um paraíso terrestre.

Sophia Andresen retoma essa idéia ao anunciar no poema VII de “Deriva” um local de criação. Nesse sentido, a *nudez recém-criada*, a *praia primitiva* e os *homens ainda cor de barro*, mais do que novos aos olhos dos europeus, levados a eles pela representação artística, são vistos como literalmente recém-criados, assim como o próprio Adão. Até mesmo a cor dos nativos seria ainda, na visão de poeta, a do barro em que acabaram de ser moldados por Deus, como foi feito com aquele primeiro homem do *Gênesis*.

A idéia de uma população de homens ainda puros integra-se ainda a uma grande produção de utopias que ocorreu, na época, a partir das descobertas; a mais

---

<sup>277</sup> Ibid., p. 256.

<sup>278</sup> Ibid., p. 255.

famosa é, sem dúvida, a *Utopia* do primeiro-ministro inglês Thomas Morus. Gerd Bornheim aponta o curioso fato de que

[...] as utopias representam uma cuidada desconstrução de tudo aquilo que o homem novo estava construindo para si mesmo e os seus pósteros. Realmente, o bom selvagem e as populações utopistas nada têm a ver com os novos valores – a autonomia, o individualismo, o poder político, o Estado nacional, o trabalho, a propriedade privada, o capitalismo, o poder da ciência, a cidadania plena e por aí afora.<sup>279</sup>

Esses valores, que podem ser considerados racionalistas, encontravam-se em processo inicial de difusão, no limiar da Era. Mas o historiador procura interpretar a criação das utopias através de uma reflexão sobre o papel do imaginário. Além do fato de as navegações deverem muito ao impulso dado pela imaginação, a predominância do racional que delas resultou necessita de uma “modalidade de contrapeso”, presente dentro do próprio exercício de racionalidade, como duplicação.<sup>280</sup> A razão edifica-se, assim, como “um espelho polimorfo, todo feito de contrastes a serviço da autocrítica”.<sup>281</sup>

Em relação à literatura de viagens, Fernando Cristóvão propõe uma tipologia que utiliza critérios temáticos para classificar tais escritos. São cinco as categorias apontadas pelo autor: 1) textos que documentam viagens de peregrinação; 2) viagens de comércio; 3) viagens de expansão; 4) viagens de erudição, formação e de serviços; 5) viagens imaginárias.<sup>282</sup> Sem dúvida, a *Carta de Pero Vaz de Caminha*, assim como os outros documentos principais sobre a viagem de Cabral, integra-se aos textos que têm como tema viagens de expansão. Muitas outras cartas, relatórios, diários e crônicas relativos às expedições expansionistas podem ser incluídos nessa classificação. Os textos sobre a expansão podem ser divididos ainda em viagens de expansão política, religiosa ou científica.<sup>283</sup>

É possível reconhecer que existem, em outros momentos de *Navegações*, além das intertextualidades aqui já mencionadas, ressonâncias de toda essa série da literatura de viagens que registra os descobrimentos. É, no entanto,

<sup>279</sup> BORNHEIM, G., A descoberta do homem e do mundo, in: NOVAES, A. *A descoberta do homem e do mundo*, 1998, p. 35.

<sup>280</sup> Cf. *Ibid.*, p. 34-36.

<sup>281</sup> *Ibid.*

<sup>282</sup> CRISTÓVÃO, F., *op. cit.*, p. 43.

<sup>283</sup> *ibid.*

extremamente difícil identificá-las, já que formam até mesmo entre si uma intrincada rede de leituras por vezes exaustivas sobre o mesmo fato. Apresentam, talvez por essa influência mútua entre textos de autores diferentes, imagens muito semelhantes acerca da natureza, dos povos e de muitas das novidades observadas. Tais textos encontram-se também sedimentados em diversas manifestações da cultura portuguesa, sendo, portanto, quase impossível dizer de qual obra Sophia pode ter retirado esta ou aquela referência.

Podemos arriscar que o poema VII, de “Deriva”, que traz *ecos* da correspondência de Caminha ao rei, faz, ao final, uma referência à primeira viagem de Cristóvão Colombo, expedição na qual foram descobertas ilhas hoje localizadas na América Central. Observemos a última estrofe do texto poético, em parte já trabalhado aqui:

Eu vos direi a nudez recém criada  
A esquiva doçura a leve rapidez  
De homens ainda cor de barro que julgaram  
Sermos seus antigos deuses tutelares  
Que regressavam<sup>284</sup>

O resumo da viagem de Cristóvão Colombo, que chegou até os dias atuais, através dos escritos do Frei Bartolomé de Las Casas, de quem Colombo foi amigo,<sup>285</sup> narra que quando a armada chegou àquelas ilhas, os habitantes locais aglomeraram-se na praia, puseram-se a louvar a chegada daqueles que acreditaram ser deuses, cobriram-nos de gentilezas e presentes.

Ainda no plano das hipóteses, podemos supor, no poema IX de “Deriva”, a semelhança das imagens com escritos que narram a chegada de Vasco das Gama à Índia:

Cidades e ciladas  
Mas também  
O pasmo de tão grande arquitectura  
As sedas os perfumes a doçura  
Das vozes e dos gestos

Os grandes pátios da noite e sua flor  
De pânico e sossego<sup>286</sup>

<sup>284</sup> ANDRESEN, S., op. cit., 1996, p. 29.

<sup>285</sup> Cf. BUENO, E., Apresentação: genocídio de ontem e de hoje, LAS CASAS, B. *Brevíssima Relação da destruição das Índias: o paraíso destruído*, 1985, p. 17.

<sup>286</sup> ANDRESEN, S., op. cit., 1996, p. 31.

Na *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*, de Fernão Lopes de Castanheda, reflete-se essa mesma surpresa com a arquitetura e com as mercadorias daquela civilização com a qual entravam em contato. O cronista caracteriza Calecute como de *tamanho trato*, além de muito povoada.<sup>287</sup> Ele descreve o palácio do Samorim, com paços que “erã muyto grãdes, & parecião ser hũ fermoso edificio”, em que se encontravam “fermosos jardins [...] froles & eruas cheirosas, & tanques dagoa pera recreação del rey”.<sup>288</sup> O autor narra ainda que, após a preferência dos grandes mercadores muçulmanos pelo porto da cidade, este tornou-se

[...] a mayor escala & a mais rica de toda a India, porque nela se achaua toda a especiaria, droga, noz, [...] & aljofar, canfora, almizquere, sandalos, & aguila, lacre, porcelanas, cestos dourados, cofres, & totalas lindezas da China, ouro, ambar, cera, marfim, & alaquecas, muyta roupa dalgodão delgada, & grossa, assi branca como pintada, muyta seda solta & retros & todo genero de panos de seda & douro [...].<sup>289</sup>

Camões também ressalta as riquezas e belezas do local, no Canto VII. Na voz do Monçaide, descreve a Índia como lugar de “Diverso povo, rico e prosperado/ De ouro luzente e fina pedraria,/ Cheiro suave, ardente especiaria.”<sup>290</sup> Na visita ao soberano, o palácio é descrito com suas construções e decoração impressionantes:

[...] Dos jardins odoríferos *fermosos*,  
Que em si escondem os régios *apousentos*.  
Altos de torres não, mas sumptuosos.  
Edificam-se os nobres seus assentos  
Por entre os arvoredos deleitosos. [...] <sup>291</sup>

O termo *ciladas* é utilizado por alguns camonistas para caracterizar momentos críticos da viagem de Gama representada no poema épico. Cleonice Berardinelli aponta um total de sete ciladas ao longo *d’Os Lusíadas*, a última delas justamente em Calecute, planejada por Baco, disfarçado de Maomé, e

<sup>287</sup> CASTANHEDA, F., op. cit., 1979, p. 37.

<sup>288</sup> Foi necessário substituir o caractere original que representava o *s* por essa mesma letra, por falta de recursos gráficos para utilizá-lo. Cf. Ibid., p. 47.

<sup>289</sup> Ibid., p. 37.

<sup>290</sup> CAMÕES, L., (VII,31), op. cit., 1987.

<sup>291</sup> Ibid., (VII, 50), 1987.

executada por indianos.<sup>292</sup> É bem possível que Sophia Andresen, na construção do primeiro verso desse poema IX, tenha sido influenciada por tal uso da crítica. Porém, *Cidades, ciladas e riquezas* não faltaram em boa parte da literatura de viagens dedicada à expansão.

Em relação ao *pânico*, referido no poema andreseniano misturado ao *sossego*, basta observar o espanto diante das imagens do primeiro templo visitado por aqueles portugueses na Índia, estranhamento este presente até mesmo em Álvaro Velho, que acreditava ser uma igreja cristã, ou em Castanheda, que prefere a dúvida. Camões descreve os chamados *ídolos* como esculturas demoníacas, mas que podem também causar um maravilhamento, pela novidade:

[...] *Vem-se as abomináveis esculturas,  
Qual a quimera em membros se varia.  
Os cristãos olhos, a ver Deus usados  
Em forma humana, estão maravilhados.*<sup>293</sup>

Na oitava seguinte ele continua a observar as divindades do templo: Um na cabeça cornos esculpidos,/ [...] / Outro num corpo rostos tinha unidos, [...] / Outro, com muitos braços divididos [...].<sup>294</sup> A contradição de sentimentos e reações, remontada por Sophia nesse *pátio de pânico e sossego*, não se restringe apenas ao choque religioso, mas a muitos conflitos que se impuseram pela diferença.

O conflito religioso está presente de maneira mais explícita no poema X de “Deriva”, demonstrando a profundidade do estranhamento diante de outras crenças não-cristãs, que pode ser percebido em vários textos da literatura de viagens, construídos sempre sob uma visão cristã, como vimos:

Sombrios deuses  
Senhores do medo antigo  
O sopro como estátuas suspendendo  
Na movediça luz das lamparinas<sup>295</sup>

O verso “Senhores do medo antigo” demonstra a profundidade do medo durante o contato com divindades, templos e cultos religiosos dos mais diferentes.

<sup>292</sup> Cf. BERARDINELLI, C., A estrutura *d’Os Lusíadas*, in: \_\_\_\_, *Estudos camonianos*, 2000, p. 27-30.

<sup>293</sup> CAMÕES, L., (VII, 47), op. cit., 1987.

<sup>294</sup> *Ibid.*, p. 256-257.

<sup>295</sup> ANDRESEN, S., 1996, p. 32.

Esse sentimento, enraizado na história e na cultura da cristandade, potencializava-se no homem da época, encontrando reflexo nos seus testemunhos literários. É muito difícil reconhecer a fonte que influenciou esse texto poético de Sophia, sendo, portanto, mais provável uma espécie de *intertextualidade coletiva*, presente em muitos outros momentos de *Navegações*, marcas da literatura que documentou as viagens da expansão por um olhar europeu.

Esse poema apresenta uma peculiaridade: é provável que sua autora o tenha modificado no mesmo ano em que seria publicada a primeira edição do volume, 1983, mesmo sendo esse texto datado de 1982. A versão antiga aparece em um artigo de Cremilda de Araújo Medina, publicado em 1983, em que afirma, referindo-se a uma outra publicação, que “Sophia de Mello Breyner Andresen escolheu este poema inédito (do novo livro, “Navegações”) para publicar em *O Estado*.”<sup>296</sup> O texto poético aparece na mesma página:

Outros dirão senhor as singraduras  
eu vos direi a praia onde luzia  
a primitiva manhã da criação  
Sombrios deuses  
senhores do medo antigo  
em sua frente  
na movediça luz das lamparinas  
os animais são degolados<sup>297</sup>

Não foi encontrado qualquer comentário sobre o assunto, mas, ao que parece, Sophia realmente decidiu publicar o poema de forma diferente. Vemos que os três primeiros versos dessa versão reapareceram no poema VII de “Deriva”, e os seguintes, um tanto modificados, passaram a integrar um só poema, o X, da mesma parte. O fato mais importante dessa modificação está na retirada do que era o último verso: “os animais são degolados”. Não saberemos por que a autora decidiu não incluir o verso, porém, parece que a opção aumenta o mistério em torno de tais deuses, e a atmosfera do poema fica um tanto mais vaga, menos factual.

Uma importante referência presente nos textos poéticos de *Navegações* está na epígrafe do poema IV de “As ilhas”, a única do conjunto, retirada de um verso

<sup>296</sup> MEDINA, C., Sophia de Mello Breyner Andresen, in: \_\_\_\_, *Viagem à literatura portuguesa contemporânea*, 1983, p. 181.

<sup>297</sup> Ibid.

da *Divina Comédia*, de Dante, “*Dolce color d’oriental zaffiro*”,<sup>298</sup> um trecho do *Purgatório*, volume que, como vale apontar, Sophia de Mello Breyner traduziu, tendo sido publicada a primeira edição em 1962, pela Minotauro [ver 6.1]. É ainda retomado tal verso, no mesmo poema e em versos de outros textos poéticos, conforme já foi mencionado.

No discurso que apresenta a segunda edição [ver 6.2], a autora relata que pensou nesse trecho do *Purgatório* ao avistar a beleza da costa asiática. Ela mesma explica nas “Notas sobre *Navegações*”, a importância da presença desse verso no livro:

Esse verso da *Divina Comédia* surge no meu poema como alusão a uma visão do mundo e do universo na época que precede os Descobrimentos. Simultaneamente estabelece um conjunto entre uma imaginação do real e a conquista do real: aquele azul que Dante vê à entrada do Purgatório, num outro mundo, os portugueses o viram – exatamente o mesmo azul – nos mares da Ásia, neste mundo.<sup>299</sup>

Acerca de imaginação e conquista já se falou neste estudo, porém é relevante pensarmos, sobretudo, na identificação absoluta que Sophia Andresen faz entre o azul descrito por Dante e o avistado pelos navegadores portugueses na Ásia: “exatamente o mesmo azul”. O mesmo azul pressupõe um mesmo tom, visto pelo mesmo olhar. O que teria levado Sophia a igualar o olhar de Dante sobre o azul do purgatório e o olhar dos primeiros portugueses a navegar pelos mares asiáticos? Podemos especular que o fator que mais aproxima esses olhos era avistar algo inteiramente desconhecido. Esta possivelmente foi a sensação também da autora, quando sobrevoava a costa do Vietnã, sentimento que só experimentou durante aquela viagem; pôde vivenciá-lo, apesar de todo seu conhecimento através de textos e imagens.

Um outro esclarecimento importante trazido nas “Notas sobre *Navegações*” diz respeito ao poema XVI de “*Deriva*”, que, de acordo com sua autora, “Refere-se a uma estátua que se encontra no Museu do Louvre, na Sessão de Antigüidades Orientais”<sup>300</sup>:

Há no rei de Chipre  
Um certo mistério

<sup>298</sup> ANDRESEN, S., op. cit., 1996, p. 16.

<sup>299</sup> Idem, Notas sobre *Navegações*, in: op. cit., out./ dez. de 1983, p. 108.

<sup>300</sup> Ibid., p. 108.

Não só o ser grego  
 Sendo tão assírio  
 Mas certo sossego  
 E certo recuo  
 Entre duas guerras –  
 Seu corpo de espiga  
 Coluna de tréguas  
 Mora em certa pausa  
 Que nunca encontrei  
 – Clareza das ilhas  
 Que<sup>301</sup> tanto busquei<sup>302</sup>

A própria autora procura explicar a presença dessa referência no poema, da estátua do *Rei de Chipre*. Ela afirma que “A sua presença diz a errância mediterrânica que precedeu as navegações portuguesas.”<sup>303</sup> A ilha de Chipre, por ser localizada no fundo do Mediterrâneo, liga-se, desde a Antigüidade, a uma tradição da navegação. A menção a tal estátua em um poema de *Navegações* lembra-nos ainda que Chipre foi durante muito tempo um marco da fronteira mediterrânica do continente europeu, uma *porta* simbólica para o Oriente naquele mar.<sup>304</sup>

Não é a única vez que Sophia Andresen se refere em versos a essa obra de arte exposta no Louvre. Há um poema sobre a estátua, inclusive com o título “O rei de Chipre”, no volume chamado *Ilhas*. Observemos o final desse texto poético: “E o rei de Chipre tão só a companhia/ E a clareza do trigo em sua face/ Como quem só em ilhas habitasse”.<sup>305</sup> Mais uma vez ela afirma a grande riqueza do sentido que o signo *ilha* apresenta em sua poesia, ao qual a imagem desse rei, por sua vez, parece ligar-se estreitamente.

Sobre o poema VIII de “Deriva”, a autora afirma, nas “Notas sobre *Navegações*”, no *Prelo*, a influência de um poeta português, seu contemporâneo: “O poema do Preste João joga com o tom de certos poemas de Manuel Alegre.”<sup>306</sup> Observemos alguns versos desse texto poético VIII, que é uma espécie de síntese de todo o conjunto:

Vi as águas vi os cabos vi as ilhas

<sup>301</sup> Na primeira edição esse último verso apresenta-se como: “Quanto tanto busquei”. ANDRESEN, S., *Navegações*, 1. ed., 1983, s./n.

<sup>302</sup> Id., 1996, p. 38.

<sup>303</sup> ANDRESEN, S., op. cit., out./ nov. de 1983, p. 108.

<sup>304</sup> Cf. SECCO, L., *A Revolução dos Cravos*, 2004, p. 185.

<sup>305</sup> ANDRESEN, S., *Obra poética III*, 1999, p. 302.

<sup>306</sup> Id., op. cit., out./ dez. de 1983, p. 108.

E o longo baloiçar dos coqueirais  
 Vi lagunas azuis como safiras  
 Rápidas aves furtivos animais  
 Vi prodígios espantos maravilhas  
 Vi homens nus bailando nos areais  
 E ouvi o fundo som de suas falas  
 Que já nenhum de nós entendeu mais  
 Vi ferros e vi setas e vi lanças  
 Oiro também à flor das ondas finas  
 E o diverso fulgor de outros metais  
 Vi pérolas e conchas e corais  
 Desertos fontes trémulas campinas  
 Vi o rosto de Eurydice nas neblinas  
 Vi o frescor das coisas naturais  
 Só do Preste João não vi sinais

As ordens que levava não cumpri  
 E assim contando tudo quanto vi  
 Não sei se tudo errei ou descobri <sup>307</sup>

Muitos poemas de Manuel Alegre apresentam esse ritmo acelerado, acentuado ainda pelas rimas e pelas anáforas, mais extensas neste poeta – “Com mãos se faz [...]” – e mais breves em Sophia – “Vi”. São recursos utilizados por ambos nesses textos. No poema intitulado “As mãos” podemos perceber, observando uma de suas estrofes, essa forte cadência nos versos de Manuel Alegre:

Com mãos se faz a paz se faz a guerra.  
 Com mãos tudo se faz e se desfaz.  
 Com mãos se faz o poema – e são de terra.  
 Com mãos se faz a guerra – e são a paz. <sup>308</sup>

Um trecho do poema “Trova do vento que passa”, apresenta também muita semelhança com o texto VIII de “Deriva”, acentuada pela repetição do mesmo verbo, *ver*, conjugado na mesma forma, primeira pessoa do singular, no pretérito perfeito:

Vi minha pátria pregada  
 nos braços em cruz do povo.

Vi minha pátria na margem  
 dos rios que vão pró mar

<sup>307</sup> Idem, 1996, p. 30.

<sup>308</sup> Cf. Cantar a Liberdade, *Centro Virtual Camões*, Instituto Camões, em julho de 2004.

como quem ama a viagem  
mas tem sempre de ficar.

Vi navios a partir  
(minha pátria à flor das águas)  
vi minha pátria florir  
(verdes folhas verdes mágoas).<sup>309</sup>

Manuel Alegre foi um representativo nome da resistência contra a guerra colonial e o regime salazarista, tendo sido preso pela PIDE, a polícia política, depois exilado, retornando a Portugal em 1974, onde, mais tarde, ocupou cargos políticos. Sua poesia é mencionada e lembrada por muitos autores que também se opuseram à ditadura.

Além das influências literárias esclarecidas por Sophia de Mello Breyner Andresen, a autora explica ainda, nas notas ao fim da segunda edição e nas publicadas no *Prelo*, algumas referências a importantes personagens da história de Portugal. Ela afirma que “Ao longo do livro são convocadas diversas personagens ligadas ao mundo das navegações”.<sup>310</sup> Segundo Sophia, o poema VII de “As ilhas” é sobre o tão famoso D. Sebastião:<sup>311</sup> “Difícil é saber de frente a tua morte/ E não te esperar nunca mais nos espelhos da bruma.”<sup>312</sup>

O poema IV, da parte intitulada “Deriva”, sobre o qual já falamos neste trabalho, refere-se, de acordo com a autora, a Bartolomeu Dias, o primeiro navegador português a atravessar o cabo da Boa Esperança: Ele porém dobrou o cabo e não achou a Índia/ E o mar o devorou com o instinto de destino que há no mar”.<sup>313</sup>

Sabemos que também Camões, n’*Os Lusíadas*, e Fernando Pessoa, na *Mensagem*, entre muitos outros, trazem em seus textos referências a essas importantes figuras históricas. É fato conhecido que a epopéia camoniana apresenta uma dedicatória, que ocupa treze oitavas do Canto I, ao jovem D. Sebastião, *Sublime Rei* de um vastíssimo império espalhado de Ocidente a Oriente.<sup>314</sup> O poeta avisa ao rei: “E costumai-vos já a ser invocado.”<sup>315</sup> Vários são

<sup>309</sup> Ibid.

<sup>310</sup> ANDRESEN, S., op. cit., out./ dez. de 1983, p. 108.

<sup>311</sup> Cf. ANDRESEN, S., op. cit., 1996, p. 40; e Idem, op. cit., out./ dez. de 1983, p. 108.

<sup>312</sup> Id., op. cit., 1996, p. 19.

<sup>313</sup> Ibid., p. 26.

<sup>314</sup> CAMÕES, L., (I, 6-18), op. cit., 1987.

<sup>315</sup> Ibid., (I, 18).

os poemas da *Mensagem* que se referem, direta ou indiretamente, ao rei *desaparecido*.

Bartolomeu Dias é mencionado em um momento crucial do poema épico de Camões, na fala de Adamastor: “Aqui espero tomar, se não me engano,/ De quem me descobriu suma vingança.”<sup>316</sup> Talvez daí venha o *instinto de destino* mencionado nos versos de Sophia. Na *Mensagem*, ao navegador é dedicado um poema curto, mas altamente valorizador, intitulado “Epitáfio de Bartholomeu Dias”:

Jaz aqui, na pequena praia extrema,  
O capitão do Fim. Dobrado o Assombro,  
O Mar é o mesmo: já ninguém o tema!  
Atlas, mostra alto o mundo no seu hombro.<sup>317</sup>

Sophia Andresen inclui, curiosamente, nesse conjunto de nomes ligados à viagem marítima, além dos que já foram citados, como afirma no *Prelo*, o próprio Fernando Pessoa e Jorge de Sena.<sup>318</sup> O poema XIII, como afirma no *Prelo*, “é – e não é – inspirado em Fernando Pessoa”:

Canção rente ao nada  
No silêncio quieto  
Da noite parada  
  
Como quem buscasse  
Seu rosto e o errasse<sup>319</sup>

A intertextualidade de *Navegações* com a obra de Pessoa, principalmente com a *Mensagem*, por si só poderia ser capaz de gerar uma tese inteira. Cabe-nos, porém, nesse momento, pensar sua presença nesse poema, conforme declara Sophia. Possivelmente, a ideia de *buscar e errar o próprio rosto* remete à criação heteronímica, seus outros a gerar uma literatura e suas biografias, num jogo ficcional vertiginoso, que acaba por envolver e abalar concepções nocionais de realidade e de ficção, de maneira extraordinária.

Notemos que certos heterônimos são ligados a algum tipo de viagem. O “Opiário” é um célebre exemplo de cansaço e tédio em relação à viagem,

<sup>316</sup> Ibid., (V, 44).

<sup>317</sup> PESSOA, F., op. cit., 1934, p. 58.

<sup>318</sup> ANDRESEN, S., op. cit., out./ dez. de 1983, p. 108.

apresentados pela voz de Álvaro de Campos. Observemos algumas das estrofes do poema:

Eu fui sempre um mau estudante, agora  
 Não faço mais que ver o navio ir  
 Pelo canal de Suez a conduzir  
 A minha vida, cânfora na aurora.

[...]

Eu fingi que estudei engenharia  
 Vivi na Escócia. Visitei a Irlanda.  
 Meu coração é uma avozinha que anda  
 Pedindo esmolas à portas da Alegria.

[...]

Gostava de ter crenças e dinheiro,  
 Ser vária gente insípida que vi.  
 Hoje, afinal, não sou senão, aqui,  
 Num navio qualquer um passageiro.<sup>320</sup>

O sujeito que se apresenta nos versos é um homem português, frustrado e entediado em meio a uma viagem de navio. Podemos supor que é um dos muitos portugueses que se tornaram marcados, desde o início do despovoamento do território continental, pela longa vivência no estrangeiro, a ponto de não mais ser possível um retorno. Ele afirma, “Não posso estar em parte alguma. A minha/Pátria é onde não estou [...]”.<sup>321</sup>

Os versos andresenianos falam sobre uma criação condenada ao espaço de uma quase ausência: “Canção rente ao nada”. O poeta que teve a ausência como traço marcante em sua obra faz-se quase ausente também no poema da autora, no qual, paradoxalmente, nenhum indício concreto denuncia sua influência. Como já mencionamos, “é – e não é – inspirado em Fernando Pessoa”.<sup>322</sup>

Já nas notas explicativas da segunda edição, Sophia Andresen acrescenta mais um sentido à inspiração desse poema de número XIII na figura daquele poeta. Ela declara que tal texto poético “é uma invocação de Pessoa, que disse

<sup>319</sup> Id., op. cit., 1996, p. 35.

<sup>320</sup> PESSOA, F., *Poemas de Álvaro de Campos*, Edição de Cleonice Berardinelli, 1999, p. 9-11.

<sup>321</sup> Ibid., p. 11.

<sup>322</sup> ANDRESEN, S., op. cit., out./ dez. de 1983, p. 108.

pertencer ao número daqueles portugueses que depois da descoberta da Índia ficaram sem emprego”.<sup>323</sup> Mais uma vez voltamos ao “Opiário”:

Pertenço a um género de portugueses  
Que depois de estar a Índia descoberta  
Ficaram sem trabalho. A morte é certa.  
Tenho pensado nisso muitas vezes.<sup>324</sup>

Esse português sem emprego e sem pátria é um ponto que Sophia de Mello Breyner Andresen pretendeu sublinhar entre as muitas derivas que foram desencadeadas desde as navegações manuelinas. E a voz do poeta, que anos depois, na *Mensagem*, disse que “[...] Tudo vale a pena/ Se a alma não é pequena.”<sup>325</sup>, já em 1914 tinha conhecido a resposta contrária, nos versos de Campos:

Eu acho que não valeu a pena ter  
Ido ao Oriente e visto a Índia e a China.  
A terra é semelhante e pequenina  
E há só uma maneira de viver.<sup>326</sup>

A Terra já não é tão vasta, já é medida e conhecida, e suas distâncias já não demandam tanto tempo para serem percorridas. Em poucos anos a viagem aérea se tornaria tão comum quanto a marítima ou a terrestre. O mundo que se desenvolveria pouco tempo depois da época de Pessoa é aquele em que “cada homem é tanto habitante da Terra como habitante do seu país”.<sup>327</sup> Porém, curiosamente, hoje podemos ver que se esse homem não mais encontra sua identidade pátria, também sua existência global pode tornar-se abalada.

Sophia declara, ainda nas notas do *Prelo* e da segunda edição, que o poema número XIV, de “Deriva”, é sobre Jorge de Sena: “Através do teu coração passou um barco/ Que não pára de seguir sem ti o seu caminho”.<sup>328</sup>

Como já vimos, esse escritor foi grande amigo da autora, sendo seu afastamento, e posteriormente sua morte, um material recorrente na obra andreseniana. Mas aqui vemos que se apresenta nos versos de Sophia como

<sup>323</sup> Id., op. cit., 1996, p. 40.

<sup>324</sup> PESSOA, F., op. cit., 1999, p. 12.

<sup>325</sup> PESSOA, F., *Mensagem*, 1934, p. 64.

<sup>326</sup> Ibid., p. 10.

<sup>327</sup> ARENDT, H., A alienação do homem, in: \_\_\_\_, *A condição humana*, 2000, p. 262.

<sup>328</sup> ANDRESEN, S., op. cit., 1996, p. 36.

demarcada ausência em uma navegação. Essa ausência pode ser mais bem vista como uma referência à emigração, em outros versos da autora: “Não és navegador mas emigrante/ Legítimo português de novecentos”. A emigração que despovoou o país no século anterior ainda encontrou seus ecos no século XX, principalmente em virtude da longa ditadura, e as condições culturais e econômicas vigentes.

De acordo com Eduardo Lourenço, Jorge de Sena é um dos grandes poetas do *desenraizamento*, da “verdadeira emigração, essa pulsação de todo o nosso ser de uma identidade mais profunda do que a do lar e a do lugar”.<sup>329</sup> Acreditamos que a autora procura sublinhar, como um dos processos decorrentes das navegações, a construção de uma identidade híbrida dos portugueses fora do país. Jorge de Sena, possivelmente, foi um dos poucos a conseguir ultrapassá-la.

É importante, acima de tudo, nesse momento, percebermos que as referências às personalidades da história de Portugal ligadas à viagem e ao mar são, em sua maioria, esclarecidas somente pelas notas. Algumas estão presentes nos versos como referências perceptíveis para um leitor que conheça a história do país, outras integram apenas um plano que pode ser considerado extraliterário, existem a partir das notas.

Os poemas de *Navegações* não fazem menção explícita a nomes da história ou da literatura, como acontece em alguns outros livros da autora. Nos versos não se mencionam os nomes de Gama, Cabral ou Bartolomeu Dias. Pelo contrário, todo o conjunto está envolvido por certo grau de diluição das identidades e dos feitos, mesmo quando são identificáveis alguns acontecimentos históricos, como no poema sobre Bartolomeu Dias. Começamos, por ora, a buscar uma explicação para a preferência da autora por colocar tais acontecimentos e personagens nessa condição de parcial apagamento.

A questão já foi um pouco esclarecida, na própria escolha de Sophia de Mello Breyner Andresen por um tema tão controverso em uma época após a Revolução e o fim do império. Já vimos que, como ela mesma expõe, o tema do conjunto é principalmente o olhar de descobrimento, do primeiro encontro com algo jamais imaginado, extraído da imaginação desse olhar, da leitura de outras obras e da experiência de viagem da autora. Ela afirma, entretanto, em seu discurso, que nos poemas o que é remontado “não é apenas o feito, a gesta, mas

---

<sup>329</sup> LOURENÇO, E., A Nau de Ícaro ou o fim da emigração, in: \_\_\_\_, *A Nau de Ícaro e imagem e miragem da lusofonia*, 2001, p. 49.

fundamentalmente o olhar”.<sup>330</sup> Isso nos lava a entender, que, mesmo em um plano secundário, o feito e a gesta também estão incluídos. De fato estão.

Sophia Andresen escreve em um momento em que não mais havia a produção de uma chamada *literatura de viagens*. Como vimos, esse tipo de produção literária desenvolveu-se por alguns séculos ainda depois da expansão. Com o passar do tempo, as coleções de viagens haviam-se tornado muitas e cada vez mais ricas em detalhes, absorvendo áreas de conhecimento como Antropologia e História, trazendo títulos enormes, descrições cada vez mais minuciosas, imagens, mapas. Tudo era válido com o intuito de agradar a um público, que, ao longo dos anos, fez-se cada vez mais exigente, e cuja curiosidade os editores “pretendiam, simultaneamente, apaziguar e estimular”.<sup>331</sup> Afinal, eram principalmente estes, editores e público, os dois agentes que legitimavam a existência daquele subgênero. Além de conferir a toda essa série de escritos seu estatuto literário, ambos acabavam por imprimir as transformações culturais e sociais nessa literatura.<sup>332</sup>

Essa produção logo se veria, com o final do século XIX, em vertiginoso declínio, causado pelo advento do turismo de massas – e mais uma vez encontramos o turista em nosso percurso. De acordo com Fernando Cristóvão, “O turismo alterou completamente os hábitos ancestrais da viagem, da leitura e da narração, fechando o ciclo da Literatura de Viagens [...]”.<sup>333</sup>

Vários fatores impulsionaram a generalização da viagem, como a procura da natureza, o crescimento de uma indústria turística voltada para ofertas culturais e para a diversão, além do desenvolvimento de todo um aparato de facilidades e confortos a serem oferecidos aos turistas. Além disso tudo, a própria organização urbana moderna “obrigou o homem a evadir-se, saindo de casa nos fins de semana, ou da sua terra e país nas férias [...]”<sup>334</sup>

Com o turismo massificado, a viagem passa a não mais apresentar os três atributos que a tornavam matéria digna de encantamento nas narrativas da literatura de viagens, “a longa distância, a novidade encontrada, o reduzidíssimo

<sup>330</sup> ANDRESEN, S., op. cit., 1996, p. 8.

<sup>331</sup> CRISTÓVÃO, F., op. cit., p. 32.

<sup>332</sup> Ibid.

<sup>333</sup> Ibid., p. 28.

<sup>334</sup> Ibid., p. 28.

número de testemunhas”.<sup>335</sup> Além da possibilidade cada vez mais banalizada de visita a toda parte da Terra, a possibilidade de fotografias e vídeos ajuda a desintegrar a expectativa presente naquelas longas narrativas de viagem.

Vimos, contudo, que ainda há um certo número de viajantes que procuram fazer da novidade a sensação e o tema central de suas viagens. São viajantes de uma espécie de turismo ímpar, qual o de Sophia rumo ao Oriente, e de muitos outros autores que, mesmo não produzindo literatura de viagens, trazem a viagem como material extremamente relevante em suas obras. Muitos escritores e poetas portugueses, ainda no século XX, fizeram do contato com o estrangeiro e com o outro tema extremamente relevante de suas obras, sobretudo quando esse convívio foi por tempo prolongado.

O fato é que a literatura de viagens, tal como era concebida entre o séculos XV e XIX, encontrou seu ocaso. A presença da viagem na literatura, entretanto, jamais cessou – e podemos dizer que sempre existiu. De acordo com Maria Alzira Seixo, à idéia de viagem se integra uma série nocional de componentes: “partida, chegada, projecto, realização, caminho, travessia, finalização, retorno”.<sup>336</sup> Também pressupõe a localização e articulação em um eixo de espaço e de tempo. Dessa maneira, segundo a ensaísta, forma-se o conjunto “que se traduz no movimento”<sup>337</sup> e que pode ser representado, em parte ou em sua totalidade, na literatura. Mas ela ressalta ainda que, em termos de produção textual, “andar na viagem significa no fundo parar em algum sítio, deter-se na via, suspender o caminho”.<sup>338</sup>

Depois do Romantismo, como afirma ainda a ensaísta, a viagem aparece nos textos “numa expectativa sem limites, entre ânsia e sonho, ao sabor dos ímpetus de fuga e evasão.”<sup>339</sup> A partir do Modernismo, acrescenta, a articulação de espaço e tempo sofrida pelo sujeito dá lugar à relação do observador com os objetos visualizados. A viagem literária contemporânea, por sua vez, “na maioria dos casos é um percurso interior do espaço exterior secundarizado.”<sup>340</sup>

<sup>335</sup> Ibid., p. 29.

<sup>336</sup> SEIXO, M. A., Poéticas da viagem na literatura, in: \_\_\_\_, *Poéticas da viagem na literatura*, 1998, p. 12.

<sup>337</sup> Ibid.

<sup>338</sup> Ibid.

<sup>339</sup> Ibid., p. 15.

<sup>340</sup> Ibid.

Em *Navegações*, no primeiro poema de “As ilhas”, um verso avisa: “E extinguiram-se em nós memória e tempo”.<sup>341</sup> A extinção da *memória*, em um livro que trabalha com descobrimentos e viagens marítimas, acabou por refletir-se nos versos através dessa dissolução das identidades e dos feitos, ou, em alguns casos, quando é possível reconhecer as referências, na condição secundária em que surgem. Sendo também o deslocamento estreitamente ligado ao tema central do volume, podemos supor que, na extinção da categoria de tempo, resta, aos textos poéticos, trabalhar com a de espaço. Eis a importância da leitura de toda uma literatura que registrou feitos, encontros e descobertas, além da própria experiência de Sophia, tais textos são essenciais na reconstrução dos espaços e do olhar do homem diante daqueles novos locais, agora feita com ênfase em um outro recorte da imagem, não mais na descrição.

*Navegações* encontra-se situado como herdeiro das evoluções que a viagem sofreu, tanto na experiência quanto na literatura. A generalização do ato de viajar, o fim das descrições e narrativas da literatura de viagens, a preferência pela articulação entre observador e objeto observado, em detrimento do movimento demarcado pelas categorias de tempo e espaço, todas essas modificações acerca do conceito tem influência sobre os versos.

Sophia de Mello Breyner Andresen não se ocupa – nem poderia mais se ocupar – de minúcias factuais, datas, nomes, descrições de paisagens e outros dados que eram abundantes na literatura de viagens. Se por um lado temos as transformações nas viagens, por outro temos a influência da época e da retidão ética e moral da autora; enumerar informações históricas e literárias, nesse caso, acabaria sendo mais uma mera contribuição para a idéia de um grandioso passado de Portugal, discurso que tinha dado respaldo ao regime ditatorial recém-deposto. Fatos e personalidades anulariam a proposta de universalidade que a autora busca no olhar do descobrimento que atravessa o seu projeto poético.

A autora escolheu publicar mapas do século XVI e manuscritos de poemas junto aos textos poéticos de *Navegações*. Sophia Andresen, que era então escritora já conhecida, consagrada e premiada, teve, curiosamente, grande dificuldade de encontrar uma editora que aceitasse seus propósitos: “Levei algum tempo a encontrar um editor que entendesse meu desejo.”<sup>342</sup> É possível que a idéia fosse

---

<sup>341</sup> ANDRESEN, S., op. cit., 1996, p. 13.

<sup>342</sup> Ibid., p.

equivocadamente associada, em um período tão crucial para a cultura portuguesa, a uma apologia a fatos, feitos e personagens nacionais, ou até mesmo à já desativada produção de chamada *literatura de viagens*. A presença dos mapas quinhentistas naquela primeira edição será o assunto apresentado na próxima parte deste estudo.